

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA- “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA CAROLINA BERNARDES BORGES SILVA

**MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL:
Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro
(UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental.**

**FRANCA-SP
2019**

ANA CAROLINA BERNARDES BORGES SILVA

**MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL:
Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro
(UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental**

Dissertação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Formação e Trabalho Profissional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adjunta Analúcia Bueno dos Reis Giometti

**FRANCA-SP
2019**

S586m

Silva, Ana Carolina Bernardes Borges

MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL: Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental / Ana Carolina Bernardes Borges Silva. -- Franca, 2019

97 p. + 1 CD-ROM

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1. Serviço Social. 2. Questão Socioambiental. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor (a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA CAROLINA BERNARDES BORGES SILVA

**MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL:
Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro
(UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. **Área de Concentração:** Formação e Trabalho Profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Prof.^a Dr.^a Adjunta Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1º examinador (a):

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Lopes Oliveira Mendes

2º examinador (a):

Prof.^a Dr.^a Adriana Giaqueto

Franca, _____, de _____ de 2019.

Dedico essa dissertação a dois grandes amores da minha vida que hoje já se foram e que eu tenho certeza que estariam orgulhosos da minha conquista, a minha saudosa Vovó Maria e ao meu saudoso Tio Idelto.

AGRADECIMENTOS

A Deus meu Pai, meu guia, aquele que cuida de mim diariamente, sem ele nada disso seria possível.

A minha fé que jamais me deixou desistir mesmo naqueles momentos que eu achei que não iria dar conta.

A minha guerreira e magnífica mãe Bernadete aquela que não mediu e não mede esforços para me ver sempre feliz. Meu maior exemplo de vida.

Ao meu grande orgulho e amigo maninho Daniel. Ele que foi um dos grandes inspiradores pelo meu interesse na temática da Questão Socioambiental

A minha orientadora Analúcia por todas as contribuições e orientações sempre objetivas e de uma riqueza sem fim. Por toda a tranquilidade e confiança passada a mim nesse processo.

A UNESP pela oportunidade de realizar meu sonho, a todos os queridos professores. Gratidão por todas as disciplinas que pude fazer e a todos momentos de troca os quais eu participei. Ao grupo de pesquisa GESTA também pelas contribuições.

A Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pelo incentivo financeiro e apoio para que pudesse principalmente no primeiro ano me dedicar exclusivamente aos estudos.

A todos os mestres que durante minha graduação na UFTM me fizeram acreditar que poderia ser capaz e por todos os ensinamentos.

As minhas tias Célia e Izaura que sempre me fizeram admirar a amizade e união que vem delas. Aos meus primos que desde pequeninos estão comigo Bernardo, Tatá e Geraldo.

Além disso, a todos aqueles não citados especificamente aqui, mas sabem que são pessoas que fazem parte da minha vida e também sabem de todo meu amor e gratidão. Aliás, gratidão define!

SILVA, B. B Ana Carolina. **MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL: Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental.** 2019. f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2019.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado faz uma reflexão sobre a Questão Socioambiental e a relação com o Serviço Social. Entende-se a Questão Socioambiental de um modo complexo e totalitário, uma relação intrínseca entre homem e meio ambiente, mostrando assim que é uma relação indissociável. O estudo se justifica, pois a questão ambiental é uma área crescente de discussões e inúmeras tragédias ambientais acontecem, solicitando assim de diversas áreas do conhecimento as suas contribuições para a causa. No que concerne à metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa social de cunho qualitativo com estudo bibliográfico e documental utilizando do método materialismo histórico dialético. Com base em leituras acerca da temática em livros, revistas, artigos científicos, publicações em eventos, além de levantamentos sobre as produções (teses e dissertações que estudam a relação proposta por tal estudo, centrou-se a análise em dois projetos pedagógicos e quatro matrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFTM, lócus de tal pesquisa. Tal estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o desenvolvimento da pesquisa. O segundo capítulo é centrado nas discussões sobre como a relação entre homem e meio ambiente se difere com o decorrer da história e as influências do atual modo de produção econômico vigente denominado capitalismo influencia nas expressões da Questão Socioambiental. No terceiro capítulo situa-se breve histórico sobre a legislação ambiental brasileira após a Constituição de 1988 e reflexões sobre a relação com o Serviço Social e por fim no último capítulo a análise dos dois projetos pedagógicos e quatro matrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFTM e as análises de como se dá em tal Universidade o diálogo entre a formação profissional e o Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Questão Socioambiental, Projetos Pedagógicos e Matrizes Curriculares da UFTM.

SILVA, B. B Ana Carolina. **ENVIRONMENT AND SOCIAL SERVICE: Training in Social Work at the Federal University of the Triângulo Mineiro (UFTM) and the relationship with the Social and Environmental Question**. 2019. f. Dissertation (Master in Social Work) - Postgraduate Program in Social Work, State University Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2019.

ABSTRACT

This Master's dissertation reflects on the Socio-environmental Question and the relationship with Social Work. The Socio-environmental Question is understood in a complex and totalitarian way, an intrinsic relation between man and environment, thus showing that it is an inseparable relationship. The study is justified because the environmental issue is a growing area of discussions and countless environmental tragedies happen, thus soliciting from various areas of knowledge their contributions to the cause. As far as the methodology is concerned, it is a qualitative social research with a bibliographical and documentary study and using the dialectical historical materialism method. Based on readings about the subject in books, journals, scientific articles, publications in events, besides surveys on the productions (theses and dissertations), who study the relationship proposed by such study, the analysis despite of the two pedagogical projects and four curricular matrices of the UFTM Social Service course, the locus of such research. This study is divided into four chapters. In the first chapter the research development is presented. In the second chapter we present discussions about how the relationship between man and the environment differs with the course of history and the influences of the current mode of economic production called capitalism influence the expressions of the Socioenvironmental Question. In the third chapter there is a brief history on Brazilian environmental legislation after the 1988 Constitution and reflections on the relationship with social service and lastly in the last chapter the analysis of the two pedagogical projects and four curricular matrices of the UFTM Social Service course and the analysis of how the dialogue between vocational training and Social Work takes place in such Universit.

Keywords: Social Service, Socio-environmental Questionnaire, Pedagogical Projects and Curricular Matrixes of UFTM

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Principais acontecimentos brasileiros relacionados a destruição do meio ambiente e de vidas dos seres humanos nos últimos 40 anos.....	44
Quadro 02 – Resumo das principais leis e decisões posteriores e com base após Constituição de 1988.....	52
Quadro 03 – Apresentação Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFTM do ano de 2010.....	71
Quadro 04 – Apresentação do atual Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFTM criado em 2014.....	72
Quadro 05 – Apresentação da matriz curricular do 1º semestre de 2009.....	78
Quadro 06 – Apresentação especificamente das disciplinas eletivas do 1º semestre de 2009.....	80
Quadro 07 – Apresentação da matriz curricular do 2º semestre de 2010.....	84
Quadro 08 – Apresentação especificamente das disciplinas eletivas do 1º semestre de 2015.....	86

LISTA DE SIGLAS

ABPESS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CF/88	Constituição Federal de 1988
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Ensino em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Ensino em Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
PP	Projeto Pedagógico
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente no Brasil
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O DES (EM) ROLAR DA PESQUISA.....	20
1.1 Indagações e incentivos iniciais para a realização deste estudo	20
1.2 Meio Ambiente e Serviço Social: Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental: Que pesquisa é essa?.....	23
1.2.1 Pesquisa Social de cunho qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental.....	23
1.2.2 Método da pesquisa e análise dos dados	28
CAPÍTULO 2: O MEIO AMBIENTE “GRITA SOCORRO”: É NECESSÁRIO VIVER TEMPOS DE REFLEXÃO E AÇÃO	33
2.1 Breve histórico das relações do homem com o meio ambiente antes e após a Revolução Industrial.....	33
2.2 Influências do atual modelo econômico vigente denominado capitalismo para a exacerbação das expressões da Questão Socioambiental.....	39
2.3 Pedidos de socorro demonstrado através dos desastres ambientais nacionais nos últimos 40 anos	43
2.4 Estratégias criadas para enfrentamento das expressões da Questão Socioambiental.....	48
CAPÍTULO 3: BREVE HISTÓRICO SOBRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA APÓS A CONSTITUICAO DE 1988.....	49
3.1 Breve descrição das Leis 7.735/1989 e 7.797/1989.....	56
3.2 Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente	56
3.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	58
3.4 Política Nacional de Educação Ambiental	60
3.5 Política Nacional de Saneamento Básico.....	62
CAPÍTULO 4: FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFTM E AS INTER-RELAÇÕES DA PROFISSÃO COM A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL .	66
4.1. Serviço Social: Que profissão é essa e as diretrizes curriculares para a formação profissional	66
4.2 A Questão Socioambiental e o Serviço Social	68

4.3 Análise dos Projetos Pedagógicos do curso de Serviço Social da UFTM.....	70
4.4 Estudo sobre as matrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFTM	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	95

INTRODUÇÃO

Este estudo em tela teve como objetivo principal fazer um diálogo entre a formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Questão Socioambiental. Desse modo, anterior a este processo foi necessário contextualizar e desenvolver sobre temas importantes que dizem respeito a Questão Socioambiental.

Não obstante, após pesquisa bibliográfica e documental desvelou-se questões através do estudo e leitura crítica realizada dos Projetos Pedagógicos (PP) e matrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFTM.

A importância de estudos e discussões que dizem respeito à relação meio ambiente e o homem inserido neste contexto aumentam exponencialmente quando 2019 é iniciado com uma grande notícia: “209 pessoas já morreram com a tragédia de Brumadinho-MG”. Ao se deparar com tal fato, não há como não se lembrar de Mariana-MG e de tantos outros acontecimentos que vem se acumulando ao longo dos anos como tragédias ambientais. Até quando a população brasileira vai sofrer e perder recursos naturais para grandes desastres que desolam vidas, sonhos, histórias e até a esperança de viver dias melhores?

Mediante reflexão acima proporcionada, deslumbra-se a seriedade de dialogar com as questões relacionadas ao meio ambiente e o homem. Não obstante, a importância da associação e contribuições que a categoria do Serviço Social pode propiciar para toda a realidade vivida. Desse modo, vários estudiosos do Serviço Social ao longo dos últimos anos têm estudado a relação da Questão Socioambiental tanto na formação como na prática profissional do Assistente Social e reitera-se a importância de tais ações e a continuação dos mesmos, já que sem um meio ambiente equilibrado e saudável não há condições do desenvolvimento da vida, impedindo assim a continuidade de toda a história da humanidade.

Para tanto, é fundamental a compreensão do termo denominado “Questão Socioambiental” para perceber qual a direção deste estudo. Desse modo a definição do termo pode ser considerado um exercício complexo e que busca ir além das aparências do que o mesmo descortina inicialmente. Não é apenas a relação de modo simplista entre homem e meio ambiente.

Assim sendo, a expressão Questão Socioambiental alia e une os termos sócio e ambiental entendendo que não se separa os indivíduos e as relações sociais

do ambiente em que se estão inseridos. É uma relação mútua e indissociável, conforme estudos de Silva (2010) o termo é um conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano.

Não obstante, Loureiro (2010) também contribui para a discussão ao afirmar que se deve analisar a Questão Socioambiental em sua totalidade, e para isso requer ir além de considerar apenas os aspectos biofísicos do meio ambiente, buscando o legado da teoria crítica sobre o mesmo. Para Sauer e Ribeiro (2012) a Questão Socioambiental é o modo pelo qual a sociedade se relaciona com o meio em que vive em todas as suas facetas.

Todas essas considerações dos autores acima citados trazem a reflexão da Questão Socioambiental ligada ao modo de produção econômico vigente denominado, capitalismo e de que forma tal sistema contribui significativamente para as exacerbações da questão ambiental.

Para contribuir ainda mais com a discussão sobre o entendimento de vários autores acerca do tema estudado Silva (2008, p. 44), traz que a Questão Socioambiental se refere:

[...] a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo.

Desse modo, a Questão Socioambiental é um termo amplo que engloba questões relacionadas as políticas ambientais de um modo geral, tais como relacionadas a educação ambiental, saneamento básico, reforma agrária, habitação, o que daria um campo de extensão de estudos amplo, não tendo nesse momento interesse em aprofundar em nenhum especificamente, mas sim desvelar as incógnitas de tal termo e a interface de tudo isso com o Serviço Social, no que perpassa formação e cotidiano profissional.

Devido a toda alienação proporcionada pelo capitalismo e a culpabilização apenas dos indivíduos como grandes causadores de todas as destrutividades ambientais, percebe-se que tal entendimento, de fato não está ligado a um questionamento crítico sobre a relação meio ambiente e natureza, compreendo a

indissociabilidade que há entre os dois. Há populações que perpetuam a sua relação com o meio ambiente de maneira totalmente diferente de outras culturas.

Para enriquecer a discussão Reigota (2005) afirma que o meio ambiente é um local onde estão em constante interação os aspectos naturais e sociais, portanto não há isolamento entre o social e o ecológico. De fato, o ser humano não está fora desse contexto e nem a parte e nem tem o direito de se sentir superior a tudo aquilo que o rodeia. Irigalba (2005, p. 18) faz a sua contribuição afirmando que:

A divisão entre “social” e o “ecológico” a que aludimos deve-se provavelmente à tradicional divisão positivista e compartimentalizada entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Para além da afirmação de Irigalba (2005), recorrendo a diversos conceitos ao longo da história percebe-se que a não associação do social com o ecológico, se faz presente em tais definições, por isso a importância do olhar crítico sobre a questão, para que possa ocorrer essa desconstrução de isolamento entre o social e o ambiental.

Inúmeras classificações dadas por diversos autores são de carácter biológico do meio ambiente conforme Berté (2009) dispõe de tais classificações em seu estudo. Estes autores afirmam o meio ambiente, por exemplo, como dois mundos: o biótico e o abiótico.

A própria Lei Federal nº 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente no Brasil, define meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. E conforme Berté (2009) é uma definição em que momento algum o homem que integra esse meio faz parte do referido conceito.

É imprescindível compreender que este trabalho parte de uma conceituação sistêmica de meio ambiente. Ou seja, considerar-se-á o meio ambiente constituído e incorporando as relações existentes entre os elementos naturais em interação de feedback com o homem social, o que por sua vez constrói um conjunto único e indissociável em constante harmonia com as relações existentes entre o comportamento de elementos da natureza, com o homem e sociedade, que formam um conjunto único e indissociável.

Não obstante, o que visualizamos no presente é fruto de uma história. E o que temos é um descaso para com o meio ambiente de uma maneira geral. Por

exemplo, em 1969, com o general Médici e a implantação do sistema ditatorial: “[...] houve um total descaso com preocupações preservacionistas, a postura era deixar para mais tarde a solução para os possíveis danos ao meio ambiente [...]” (Berté, 2009, p. 34).

Na década de 1970, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia:

Esta conferência chamou a atenção das nações para o fato de que a ação humana estava causando séria degradação da natureza e criando severos riscos para o bem-estar e para a própria sobrevivência da humanidade. Foi marcada por uma visão antropocêntrica de mundo, em que o homem era tido como o centro de toda a atividade realizada no planeta, desconsiderando o fato de a espécie humana ser parte da grande cadeia ecológica que rege a vida na Terra. (SÃO PAULO, 1997, p. 14).

Porém, a questão ambiental no Brasil ainda era tratada de forma quase que irrelevante na esfera do governo:

[...] os projetos do Pró-Álcool provocaram uma diminuição na poluição do ar nas cidades e nos polos industriais, apesar de produzirem um alto índice de poluentes nos locais de produção”. (Berté, 2009, p. 37).

Percebe-se uma cultura de desvalorização do meio ambiente, da não integração com o social e o interesse na exploração de recursos naturais, visando o desenvolvimento econômico do país, sem pensar nas consequências que o mesmo iria trazer a sociedade e população.

Estudos de Mendes (2009) afirmam que o reflexo da condição atual da maneira de manipular os recursos naturais é percebido através da mudança na qualidade de vida da população e dos seres vivos na terra e durante muito tempo, este modelo de produção vem sendo a base do crescimento/desenvolvimento econômico dos países.

O processo de desenvolvimento industrial, a aceleração da produção aliada ao consumo exacerbado, vem exaurindo e prejudicando a natureza e, conseqüentemente, degradando a saúde humana. A dinâmica produtiva influencia todos os elementos que compõe o meio ambiente: o solo, a água e o ar. Elementos essenciais para a manutenção da saúde e qualidade de vida da população.

Segundo Natal, Taípe-Lagos e Rosa (2014) há dez mil anos, na fase pré-agrícola os grupos tribais mantinham uma estreita relação com a natureza e

alimentavam-se de raízes, frutos, sementes e outras partes de vegetais, além da caça e da pesca. Quando os recursos daquela região se esgotavam, mudavam de local e assim permitiam que aquele espaço fosse novamente recuperado, naturalmente. Comenta que:

[...] no final da fase agrícola, estima-se que a população da Terra teria alcançado os cinco milhões de habitantes. Nessa época, há cerca de dez mil anos, a espécie humana já estaria dispersa por todos os continentes (2014, p. 89).

Ainda conforme estudos de Natal, Taípe-Lagos e Rosa (2014) a vida nômade já estava quase que totalmente inviabilizada, pois essa ocupação populosa obrigava ao estabelecimento de raízes. A migração afrontava a vizinhança que estava tomada, gerando assim conflitos e guerras. Precisou adotar uma nova maneira de relacionamento com a natureza. A dominação agrícola e pecuária permitiu ao homem o aumento da produção e, conseqüentemente, facilitou a sua fixação local, nascendo dos agrupamentos humanos, as cidades, e essas, com objetivos de aglutinar atividades comerciais, científicas, culturais e políticas.

Na fase da industrialização, instigada pela filosofia positivista, balizada pela ciência e o progresso, a questão social e ecológica emergiu. O desmatamento, a nova maneira de manipular os recursos naturais, a poluição sonora, do ar, das águas e do solo iniciaram uma nova era de interlocução e de conflito entre a tecnologia, o desenvolvimento, a saúde humana, enfim o meio ambiente. Associadas a esta exploração do sistema natural o êxodo rural se intensifica, o que origina os grandes problemas sociais e de saúde pública nas zonas urbanas dando origem aos gravíssimos impactos socioambientais, neste século.

Vale ressaltar que a crise ecológica teve início no século XIX, mas foi mesmo no século XX que a humanidade experimentou a intensificação dos problemas ambientais. Conforme já salientado, os impactos do sistema capitalista de produção vêm, há muito, repercutindo de diversas maneiras no meio ambiente e o resultado disso é observado diretamente na vida cotidiana das pessoas. Parte deste desequilíbrio ambiental é refletida na elevação dos problemas sociais, afetando a todos, mas principalmente a população empobrecida. A falta de condição financeira faz com que muitos se sujeitem a viver e/ou trabalhar em lugares

enquadrados em situação de risco, insalubres, passíveis de enchentes e desmoronamentos.

A busca por soluções dos problemas ambientais começa a tomar corpo no final do século XX. Portanto, foi só no século XXI que a humanidade aumenta a preocupação com os problemas ambientais, causados pela maneira capitalista de produção, herdadas pela Revolução industrial. Gradativamente o ar, o solo e a água, o verde, os minérios, os animais e o ser humano passam a sofrer com os impactos provocados pelo dito “progresso”, estimulando e incorporando ao processo a ideia de dependência deste modelo de produção que emerge neste século.

Diante deste quadro é necessário que todos independentes de suas profissões, possam apropriar-se desta discussão, pois esta diz respeito a todos, afinal os seres humanos não estão deslocados de toda a questão ambiental e sim inseridos neste contexto. A Constituição Federal, no artigo 225 do capítulo VI, diz que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2005, p. 156).

Deste modo o Assistente Social pode e deve apropriar-se de tais discussões levando seu olhar crítico sobre tal relação no seu cotidiano profissional. Porém, a legislação, por si só, não é capaz de nenhuma transformação neste sentido. É para o homem que as leis se destinam e é ele que as cumpre e as faz cumprir.

Obviamente só a existência da legislação não é garantia de nenhuma mudança efetiva na ordem das coisas. Mas, ao mesmo tempo, é necessário frisar que a lei pode facilitar e reforçar iniciativas e ações de mudanças efetivas (Rivelli, 2005, p. 293-294).

Por tal motivo, a pesquisa é de suma importância, pois é necessário visualizar e compreender como se dá o processo de formação dos futuros Assistentes Sociais especificamente da UFTM, enfatizando a importância de discutir temas relacionadas as questões socioambientais.

No que tange a gestão e especificamente a socioambiental, os Assistentes Sociais tem habilidades e competências para atuarem em tal área, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão 8.662/93, art. 4º itens I, V e VII:

Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

V- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

Os cursos de Serviço Social puderam apreender uma mudança significativa na sua estrutura curricular a partir da década de 1980, com o movimento de reconceituação da profissão.

[...] para alguns, o debate parecia estar em torno de um eixo que sofreu significativo avanço nos anos 1980: o das relações entre história, teoria e metodologia do Serviço Social que teve seus desdobramentos no nível de disciplinas curriculares pertinentes.

Iamamoto (2005) considera que a proposta de currículo se encontra estruturada a partir de três núcleos temáticos: o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social; o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e por último o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Cada um destes núcleos se desdobrou em matérias e estas em disciplinas nos currículos plenos dos cursos de Serviço Social das unidades de ensino.

Carvalho e Silva (2005) tratam que a Questão Socioambiental tornou-se recorrente ao Serviço Social a partir de 2001. Desta forma, o Assistente Social, pode desencadear discussões que permeiam temáticas da área socioambiental, como por exemplo, a execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos, trabalhar com a Educação Ambiental nos diversos espaços sócio ocupacionais que vieram a atuar, apoio aos movimentos relacionados à questão ambiental, entre outros.

Finalizando, o Assistente Social deve apropriar-se de espaços que trabalhem com temáticas relacionadas as questões socioambientais, conforme Iamamoto (2007, p.48) diz que “se os Assistentes Sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados”. Tendo em vista que o estudo dos profissionais sobre tal área é recente, é fundamental que a discussão sobre perpassa a categoria profissional.

CAPÍTULO 1: O DES (EM) ROLAR DA PESQUISA

O ato de pesquisar é antes de tudo um ato de coragem com amor. Amor pelo que acredita, e coragem em desvelar o que se acredita.

Ana Carolina Borges (2019)

Tal capítulo tem o intuito de apresentar o estudo de um modo geral através da discussão dos seguintes itens: “Indagações e incentivos iniciais para a realização deste estudo”; “Meio Ambiente e Serviço Social: Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental: Que pesquisa é essa?”.

1.1 Indagações e incentivos iniciais para a realização deste estudo

Através da participação em disciplinas relacionadas ao estudo e desenvolvimento de projetos de extensão, foi possível perceber com clareza de que não há como fazer pesquisa sem incentivos e indagações que levem a buscar a realizar o ato de pesquisar.

Entender a importância de tais elementos sobre o que se está buscando defender e apresentar é fundamental para desenvolver um estudo instigante e contributivo para todos os envolvidos no processo da pesquisa.

Diante de tal situação, serão apresentados os questionamentos e incentivos iniciais que impulsionaram o ensejo para que a pesquisadora pudesse desenvolver o que será apresentado em seguida.

Segundo Chizzotti (2006) a pesquisa sobre um problema determinado depende das fontes de informações sobre o mesmo. Conforme já colocado acima, não há como fazer pesquisa sem indagações e essas podem provir de observações da realidade, das aulas, grupos de extensão, conforme corrobora o autor:

As informações podem provir de observações, de reflexos pessoais, de pessoas que adquiriram experiências pelo estudo ou pela participação em eventos, ou ainda do acervo de conhecimentos reunidos em bibliotecas, centros de documentação bibliográfica o de qualquer registro que contenha dados (...) a determinação de um problema a ser pesquisado pode originar-se, pois, da observação direta e da reflexão sobre fatos observáveis, de

leituras e de análises pessoais, de fontes documentais orais ou escritas. (Chizzotti, 2006, p.16).

Dessa forma, tal trabalho mostra-se primeiramente como uma tentativa de desvelar algumas inquietudes que perpassaram a vida acadêmica da pesquisadora e supostamente de vários companheiros de profissão, que foram compartilhados com a mesma nos momentos de aulas e participações em eventos, sendo algumas dessas descritas abaixo:

- A formação profissional dos Assistentes Sociais contribui para que os mesmos desenvolvam competências para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à Questão Socioambiental?
- Há um entendimento por parte de tais profissionais sobre que é Questão Socioambiental e a interlocução com o Serviço Social? Se a formação permite de que forma isso acontece e se não propicia esse entendimento por que isso ocorre?
- É possível mediante tantos desafios que já são apresentados ao cotidiano profissional do Assistente Social, em tempos de retrocessos e percas de direitos, ainda pensar na inserção tanto na formação como no cotidiano profissional novas possibilidades que vão além do que já é majoritariamente realizado na atuação profissional?
- O Assistente Social atua na formulação e planejamento de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente? De que forma? É comum? Raro?

Iamamoto (2009) afirma após leitura de dados publicados pelo CFESS- 2005 que o Assistente Social é um funcionário que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O que faz surgir novamente mais uma pergunta, que indaga a pesquisadora:

Ainda conforme estudos de Iamamoto (2009) e de acordo com dados publicados pelo CFESS-2005 há uma afirmação de que os Assistentes Sociais envolvidos no exercício democrático e do acompanhamento de gestão e avaliação da política, dos planos que as orientam e dos recursos destinados à sua

implementação, atuam nas áreas de assistência (35,45%), criança e adolescente (25,12%), saúde (16,67%), idoso (7,08%), direitos humanos (6,57%), mulher (4,23%) e portador de deficiência (1,41%).

Sabe-se que os Assistentes Sociais estão vivendo grandes desafios em seus espaços sócio ocupacionais com as aprovações de inúmeros projetos de lei que afetam diretamente grande parcela da população brasileira, apresentando assim riscos para a efetivação de uma atuação comprometida de acordo com o Projeto Ético Político Profissional.

Mediante tal realidade vivida, mesmo o profissional tendo que travar lutas diariamente para que sua atuação seja comprometida, e em consonância com o Código de Ética profissional (1993) novas indagações são propostas:

- Ainda há chances de refletir e analisar como se daria a relação de tal profissão com a Questão Socioambiental?
- Há espaço para esse diálogo tanto na formação como no cotidiano profissional?

Tais questões trazem indagações sistemáticas para a pesquisadora que sempre teve preocupação em como o meio vivido é destruído diariamente e como será o futuro das próximas gerações. Concomitante a isso o ensejo de aliar a profissão com as discussões pertinentes a mesma. Desse modo surge então outra indagação:

- O Assistente Social que atua com famílias cotidianamente em seu dia a dia profissional, poderia inserir em tal prática novos trabalhos com viés para despertar e incentivar as relações humanas com o meio em que vivem e trazer o legado da teoria crítica para a questão ambiental?

Raichelis (2009) cita Netto ao dizer que embora os Assistentes Sociais tenham se voltado à implementação de políticas públicas, esse perfil vem mudando nos últimos anos e, apesar de ainda predominante, abrem-se novas alternativas e áreas de trabalho profissional.

Tal afirmação traz esperança, pois, mostra que apesar da profissão estar associada principalmente a alguns pontos, novas possibilidades começam a surgir

no caminho profissional, fazendo com que o mesmo se atente ao movimento da realidade e do que está sendo tão amplamente divulgado como é o caso da questão ambiental.

Entendendo a importância de todas as indagações e também como não é possível realizar discussões sobre cada uma e seus desdobramentos neste estudo, este trabalho teve o objetivo inicial de trazer discussões gerais que perpassam a relação do Serviço Social com a Questão Socioambiental, tentando entender como possivelmente a Questão Socioambiental está presente na formação profissional na UFTM.

1.2 Meio Ambiente e Serviço Social: Formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a relação com a Questão Socioambiental: Que pesquisa é essa?

1.2.1 Pesquisa Social de cunho qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental

Adentrando o mundo da pesquisa, sabe-se que o homem está sempre em movimento, movimentando sua vida, sua cultura, seus valores, sua história. Por isso, a ciência nunca dará conta de explicar a essência de todos os fatos que envolvem a vida humana.

Kochê (1997, p. 22), parafraseando Marx, afirma que:

[...] A ciência é ao mesmo tempo a revelação do mundo e a revelação do homem com o ser social, levando em conta o papel da cultura e do trabalho que, em cada momento histórico, apresentam a possibilidade de expansão e aquisição de conhecimentos, pretendendo ultrapassar o nível da “descrição” dos fenômenos, para chegar a sínteses explicativas; estas sínteses, por sua vez, sugerem novas relações, novas buscas, novas sínteses, que realimentam o processo do conhecimento.

De acordo com Minayo (1994) o conhecimento nasce do resultado de uma relação entre o pensamento e a realidade, entre o pesquisador e o objeto de estudo. Além de haver uma identidade desse objeto dentro das Ciências Sociais, ele ainda é qualitativo, intrínseca e extrinsecamente ideológico e tem uma consciência histórica social.

Vera (1979) em seus estudos cita autores que definem o que é pesquisa começando por Copi que crê que o valor essencial da investigação científica reside no fato de que satisfaz nossa curiosidade, ao realizar nosso desejo de conhecer. A estudiosa também traz em sua obra Rodolfo Mondolfo que diz que a pesquisa surge quando se tem consciência de um problema e nos sentimos a buscar sua solução e a indagação realizada para alcançar essa solução constitui, precisamente, a pesquisa propriamente dita.

Vera (1979) então contribuiu também para a discussão ao afirmar que o ponto de partida da pesquisa é, pois, a existência de um problema que deverá definir, examinar, avaliar e analisar criticamente para, em seguida, ser tentada sua solução”.

Buscando outros autores Cervo e Bervian (1996) contribuem e corroboram com os demais citados acima, ao afirmarem que a “pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e, como o uso do método científico, busca uma resposta ou solução”. Minayo e Gomes (2015) cooperam também ao entenderem por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. Ainda para as autoras é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.

Para além de todos os dizeres de demais estudiosos, compreende-se que a pesquisa é um conjunto de atos detalhados, minuciosos, investigativos, que permitem desvelar as entrelinhas da realidade que se pesquisa, sair do senso comum, desmistificar por vez do que é colocado como verdade universal, busca propor possíveis novos caminhos, trazendo assim, contribuições significativas para todos os envolvidos no processo.

Minayo (2015, p. 21) afirma que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes:

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois, o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Minayo (2015) ainda diz que as pesquisas qualitativas ocupam um lugar auxiliar e exploratório, sendo subjetivas e impressionistas. Os Assistentes Sociais

enquanto profissionais vinculados ao campo das Ciências Sociais utilizam predominantemente a pesquisa social de cunho qualitativa, mas vale a pena destacar que, os dados obtidos a partir de análises quantitativas contribuem significativamente para que os profissionais possam, por exemplo, sugerir formulações de políticas públicas, devido aos dados obtidos, por exemplo, através de pesquisas de campo.

Não obstante, ainda contribuindo sobre o diálogo, no que concerne a pesquisa social, Lehfeld (1999) a define como uma atividade humana orientada à descrição, compreensão, explicação transformação da realidade social através de um plano de indagação sistemática.

Desse modo, a responsabilidade da transformação é um fator significativo e considera-se que esta acontece em vários momentos da pesquisa, tanto para o pesquisador, como para o pesquisado. O processo de aprendizado e reflexão, para ambas as partes, compõe um universo de descobrimentos, revelações, percepções, pensamentos e criatividade. É difícil pensar em fazer pesquisa sem realizar todo um levantamento bibliográfico de estudos que tratam sobre o que está pesquisando. A pesquisa bibliográfica permite realizar contrapontos, dialogar com opiniões de diversos autores e ainda desvelar e aproximar da realidade estudada. Para Cervo e Bervian (1996, p.48):

A pesquisa bibliográfica constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica e procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos.

Contribuindo para o diálogo sobre, Barros e Lehfeld (2010, p. 85) reconhecem que:

A pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado. Para realizar uma pesquisa bibliográfica, é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagem já trabalhados por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados.

Assim, para tal estudo serão apreendidos e aprofundados diálogos com temas que perpassam a formação profissional em Serviço Social, prática profissional e a interface com a Questão Socioambiental, tentando perceber como é e quão é realizada tal interlocução.

Serão levantadas e estudadas obras referentes ao tema, nas fontes impressas e online, por meio de livros, artigos, dissertações, teses, entre outros que possam auxiliar no processo de construção da dissertação.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Desta maneira, obras e estudos de Maria das Graças e Silva, Ana Elisabete Mota, Maria Cecília de Souza Minayo, Marilda Vilela Iamamoto, Ana Carvalho de Miranda, Maria Lúcia Martinelli, Analucia Bueno dos Reis Giometti, Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes, Joan Martínez Alier, John Bellamy Foster, Istvan Meszaros, Karl Marx, entre outras, não citadas agora, mas que serão abordadas sistematicamente em tal estudo.

Quando se fala em pesquisa documental, rapidamente pode ser feita uma associação com a pesquisa de documentos, mas quais documentos? Conforme estudos de Marconi e Lakatos (2010, p.157):

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou o fenômeno ocorre, ou depois.

Ainda conforme Marconi e Lakatos (2010) as fontes de documentos podem ser arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas.

No que diz respeito aos arquivos públicos, as autoras colocam que os mesmos podem ser municipais, estaduais e nacionais e em sua maior parte contêm: Documentos oficiais, como: leis, ofícios, relatórios, correspondências, etc. Publicações parlamentares: atas, documentos, debates, relatórios, projetos de lei,

etc. Documentos jurídicos, oriundos de cartórios: registros de nascimentos, casamentos, testamentos, inventários, etc. Iconografia.

Em relação aos arquivos particulares, a primeira distinção a ser feita é entre domicílios e instituições, pela diferença de material que se mantém. Domicílios particulares: correspondência, diários, autobiografias, etc. Instituições de ordem privada, tais como banco, empresas, sindicatos, partidos políticos e instituições públicas, do tipo delegacia, postos, quer voltadas ao trabalho, trânsito, saúde, podendo-se colher dados referentes a: criminalidade, detenções, doenças, hospitalizações, etc.

No que tange as fontes estatísticas, a coleta e elaboração desses dados, está a cargo de vários órgãos particulares e oficiais entre eles: IBGE, IBOP, Departamentos Municipais e Estaduais de Estatística e os dados coletados são os mais diversos: características da população, meios de comunicação, etc.

No caso do presente projeto, serão utilizados os planos pedagógicos que o curso de Serviço Social da UFTM teve ao longo da formação das 10 turmas de Serviço Social.

Desse modo, a pesquisa documental será realizada através da análise dos 2 projetos pedagógicos do curso de Serviço Social especificamente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e das 4 matrizes curriculares que o curso teve e adota desde o seu início.

Ao escolher o lócus da pesquisa, a pesquisadora optou por identificar uma instituição de ensino superior que seja universidade, pública e oferecesse o curso de Serviço Social reconhecido pelo MEC há pelo menos 5 anos na modalidade presencial.

Tais escolhas partem da premissa de que a Universidade pública é um direito de todo e qualquer cidadão, devendo a mesma ser defendida e fortalecida pela população, o reconhecimento do curso pelo MEC é imprescindível, optou-se pela modalidade presencial, por acreditar que o Serviço Social é um curso que perde muito com a educação à distância.

Optou-se por estudar o Estado de Minas Gerais, ou seja, escolher uma Universidade de tal estado, por ser aquele onde a pesquisadora nasceu, vive e concluiu seu curso de Serviço Social, dessa maneira o ensejo em desbravar os estudos inicialmente nessa região. Após levantamento de dados sobre as

Universidades em Minas Gerais, verificou-se a quantidade¹ de Universidades existentes ofertando o curso de Serviço Social com os critérios acima.

Dessa maneira, entendendo que a pesquisa é qualitativa e inicialmente apenas uma universidade poderia desvelar as indagações da pesquisa, fez um recorte especificamente para o Triângulo Mineiro, por ser a região que a pesquisadora reside, facilitando ainda mais o contato com o lócus e sujeitos da pesquisa, já que através dos dados, verificou a presença de duas Universidades² com os critérios pré-estabelecidos em tal região.

Optou-se então, pela escolha do lócus da pesquisa a UFTM ao invés da UFU pelo fato de a UFTM ter sido o local de formação profissional da pesquisadora e por também estar sediada na cidade natal da mesma, facilitando uma maior aproximação com o lócus da pesquisa e os sujeitos da pesquisa futuramente nos próximos estudos.

A UFTM conforme dados obtidos pelo site (2018) da mesma, anteriormente era denominada como Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) e foi transformada no ano de 2005 em Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Especificamente o curso de Serviço Social foi aprovado e autorizado para funcionamento em 2007. Desse modo, a UFTM é uma Universidade pública que oferece o curso de Serviço Social aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) na modalidade presencial, período noturno, tendo já 10 turmas concluídas.

1.2.2 Método da pesquisa e análise dos dados

Marconi e Lakatos (2010) afirmam que existem vários procedimentos para a realização do levantamento de dados e que em linhas gerais, as técnicas de pesquisa são: coleta documental; observação; entrevista; questionário; formulário; medidas de opinião e de atitudes; técnicas mercadológicas; testes; sociometria; análise de conteúdo e história de vida.

¹Após pesquisa realizada diretamente em fonte do MEC (2018), verificou-se que há 12 universidades ofertando o curso de Serviço Social sendo elas: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Universidade Federal de Juíz de Fora (UFJF); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em 5 polos distintos, sendo nas cidades de Carangola, Divinópolis, Passos, Abaeté e Cláudio.

²Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Para a escolha do método reitera-se e corrobora-se com as palavras de Pontes (2018) ao dizer que é muito importante refletir sobre a escolha do método, afinal, após a escolha, o pesquisador deve respeitar e utilizar exatamente do mesmo método por toda a pesquisa, evitando assim, contradições ao longo do decorrer dos estudos expressados como capítulos. Tal situação é tão evidente, tanto é que para Netto (2011) a questão do método é um dos problemas centrais e mais polêmicos da teoria social.

Dessa maneira, tendo consciência de toda complexidade que envolve a escolha do método, definiu-se para ser utilizado durante a realização e entendimento da pesquisa o dialético com fundamento no Materialismo Histórico Dialético. Esta corrente marxista objetiva desvelar a essência do problema na sua realidade concreta, possibilitando a sua compreensão sob ótica crítica diante da totalidade, designado como um método dinâmico de analisar a realidade social, não se restringindo no aparente imediatista:

A dialética, como forma de pensar o concreto através da construção de categorias abstratas que tratam de aprimorar o real pelo pensamento, busca compreender o movimento do real enquanto processo dinâmico e contraditório, e não como uma série de etapas rígidas preestabelecidas. (Faleiros, 2011, p.91).

Porém, Netto (2011) contribui ao enunciar que em seus estudos sobre o método não há como ter regras:

Não oferecemos ao leitor um conjunto de regras porque, para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. (Netto, 2011, p.52)

E mais adiante, acentua de novo:

O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações. (Netto, 2011, p.53)

A perspectiva crítica que o método traz é de suma importância para pesquisas que buscam de fato ir além do que está colocado como certo e não se indaga mais sobre. Assim como será realizado durante todo o estudo, para a análise

de dados o método materialista histórico dialético possibilita uma melhor aproximação com a realidade estudada por meio de análises que evidenciarão a totalidade das determinações que perpassam a análise dos documentos acima citados.

Estudos de Franco (2008) indicam que um bom plano de pesquisa garante que teoria, coleta, análise e interpretação de dados estejam integradas. Destaca-se para a fala da autora que a pesquisadora não utilizará o termo coleta e sim levantamento do conteúdo da pesquisa documental ou levantamento de dados, por acreditar, que tal termo “coleta” remete a outro contexto e sentido.

Para Barros e Lehfeld (2007) a interpretação é uma atividade que leva o pesquisador a dar um significado mais amplo às respostas.

Conforme estudos de Mazzotti e Gewandsznajder (1999, p. 170):

Pesquisas qualitativas tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado.

Ainda para a autora Franco (2008, p.59) a criação de categorias é o ponto crucial da análise de conteúdo. Por tal motivo, tem-se o interesse de trabalhar, analisar, interpretar, discutir, dialogar com algumas categorias previamente levantadas principalmente a partir do que for considerado nos projetos pedagógicos e matrizes curriculares.

CAPÍTULO 2: O MEIO AMBIENTE “GRITA SOCORRO”: É NECESSÁRIO VIVER TEMPOS DE REFLEXÃO E AÇÃO.

*“Quando a última árvore tiver caído, quando o último rio tiver secado, quando o último peixe for pescado, vocês vão entender que dinheiro não se come.”
(Provérbio Indígena)*

Nesse capítulo será apresentado como a relação entre homem e meio ambiente se difere com o decorrer da história, a partir do item denominado: “Breve histórico das relações do homem com o meio ambiente antes e após a Revolução Industrial”.

Além disso, serão realizadas reflexões também acerca do modo econômico vigente no Brasil denominado capitalismo e a relação do mesmo com as inúmeras expressões da Questão Socioambiental, a partir do tópico: “Influências do atual modelo econômico vigente denominado capitalismo para a exacerbação das expressões da Questão Socioambiental”.

Não obstante é de fundamental importância contemplar as discussões do capítulo demonstrando o porquê o meio ambiente pede socorro e como isso vem acontecendo nos últimos anos, exigindo que a população e categorias profissionais de diversas áreas vivam tempos de reflexão e ação através do item: “Pedidos de socorro demonstrado através dos desastres ambientais nacionais nos últimos 40 anos”.

Vale ressaltar que as expressões da Questão Socioambiental serão consideradas como as consequências causadas ao meio ambiente por ações desenvolvidas direta ou indiretamente pelo ser humano inserido em uma sociedade capitalista, partindo-se da premissa que o homem por si só, não é causador e destruidor de nada.

Desse modo, é necessário ainda realizar questionamentos quanto aos determinantes essenciais de toda a problemática que envolve a questão ambiental, pois, percebe-se apenas a culpabilização de indivíduos pelo que acontece diariamente com o meio ambiente e a necessidade dos seres humanos adquirirem práticas sustentáveis a fim de evitar tamanhos desastres ambientais.

O fato de se creditar ao ser humano uma parcela significativa de culpa nesses drásticos acontecimentos da natureza, advém da ideia de que é a partir do desenvolvimento das tecnologias e seus desdobramentos sócio espaciais que as catástrofes e desastres ambientais vêm ocorrendo de forma exponencial (Naves e Bernardes, 2014, p.9).

Elias (1994) em seus estudos corrobora ao dizer que os indivíduos são necessariamente a conjunção indissociável de um contexto histórico, de uma configuração exterior e de uma interioridade, ou seja, nenhuma atitude tida por um ser humano é simplesmente apenas porque ele quis, sempre tem vários contextos sociais e econômicos que interferem para a realização de tais atos.

Além disso, há a existência de estratégias de grandes empresas capitalistas para conseguirem se desenvolverem, já que elas têm consciência de que com o meio ambiente detonado não há vida e sem vida elas não produzem, e a discussão sobre essa temática acontecerá no item: “Estratégias criadas para enfrentamento das expressões da Questão Socioambiental”.

Conforme Naves e Bernardes (2014) é imperativo dar continuidade à degradação do meio ambiente para suprir as necessidades do mundo moderno, mas, ao mesmo tempo, surge a noção de que se tem que preservar esses recursos.

[...] embora o vilão ainda seja a voracidade dos fenômenos ambientais, que aparecem de uma hora para outra, sem dar aviso prévio, o fardo de ser um dos principais responsáveis pela ocorrência de tais desastres vem sendo colocado nas 'costas' dos homens (Naves e Bernardes, 2014, p.9).

2.1 Breve histórico das relações do homem com o meio ambiente antes e após a Revolução Industrial.

Destacar-se-á nesse tópico as principais mudanças da relação do homem com o meio ambiente e as principais consequências ocasionadas a partir da Revolução Industrial, tendo em vista que se fosse discorrer sobre as formas de relação entre homem e natureza em diferentes tempos históricos e sociedades Ocidental e Oriental, seria necessário outro capítulo apenas para tratar sobre.

Assim sendo, focar nos estudos das mudanças relacionadas à questão ambiental e social a partir de um marco histórico denominado Revolução Industrial é de suma importância se for levado em consideração o significado de todas as mudanças sociais e ambientais que foram iniciadas nas sociedades a partir de tal Revolução.

Para tanto, é imprescindível afirmar que o início e a duração da Revolução Industrial variam de acordo com diferentes historiadores, porém, neste estudo considera-se que a Revolução Industrial teve início na Inglaterra em meados do século XVIII, entre 1760 a 1860 ficando limitada a seu território. De 1860 a 1900, outros países da Europa como França, Rússia e Itália também se industrializaram.

A principal característica dessa revolução foi a mudança ocasionada principalmente a partir da inovação tecnológica introduzida pelas indústrias a partir do desenvolvimento de novas técnicas de produção de mercadorias.

Estudos de Pott e Estrela (2017) corroboram com a reflexão acima ao afirmarem que na Revolução Industrial e com a transição da manufatura para a indústria mecânica, houve um aumento da produção e a ascensão de novas tecnologias, alterando assim o modo de vida no planeta.

Destaca-se que tal Revolução trouxe mudanças significativas não somente para a sociedade inglesa, mas, para o mundo todo, pois trouxe grandes transformações econômicas, tecnológicas, como também, transformou a relação do homem com a natureza em um contexto mundial.

Não obstante, destacar que tal Revolução não contribuiu apenas negativamente, mas, também de modo positivo para a sociedade, porém, o enfoque neste item será dado especificamente as mudanças da relação entre homem e meio ambiente.

E assim, percebe-se como as colaborações foram principalmente negativas no que diz respeito a degradações ao meio ambiente e também em relação aos seres humanos enquanto seres dotados de necessidades e com muitas limitações

naturais inerentes de sua própria existência, afinal os seres humanos não são máquinas.

Desse modo, Naves e Bernardes (2014) em seus estudos afirmam que a compreensão sobre a maneira pela qual o homem abarca a natureza está intimamente ligada à estruturação do modo de vida de determinada cultura. Antes da Revolução Industrial culturalmente as relações entre homem e meio ambiente eram diferentes daquelas que foram impostas após Revolução.

Assim, realizar e entender como era toda a dinâmica de organização social antes e após a Revolução promove um panorama que leva a refletir sobre algumas questões tais como a questão ambiental é intrínseca com a questão social e o modelo econômico atualmente vigente.

Além disso, com o decorrer das reflexões será perceptível que a realidade vivida no presente é resultado da história que se viveu no passado. Se existe hoje tamanha gravidade nas questões relacionadas ao meio ambiente e um despertamento do ser humano enquanto parte integrante do meio em que vive, pode-se dizer que é processo de algo vivido tempos atrás.

O momento atual, no que se refere a meio ambiente, é reflexo de uma série de erros e decisões tomadas no passado. Encontramo-nos num ponto em que devemos basicamente reduzir os impactos desses erros, que nos foram deixados como legado, por uma geração, e trabalhar sob o enfoque da prevenção e da precaução para que as mesmas falhas não sejam repetidas (Pott e Estrela, 2017, p.271).

No que concerne a questão social, as pessoas tiveram que se adequar a um estilo de vida totalmente diferente decorrente da Revolução Industrial. Para tanto, estudos de Naves e Bernardes (2014) expõem sobre como se dava a relação do homem com a natureza em sua gênese.

As relações do homem com natureza foram estabelecidas pela dependência do primeiro às condições naturais. Nossos antepassados eram nômades e, devido à absoluta necessidade de sobrevivência, dirigiam suas energias na busca de condições favoráveis da natureza para sua adaptação. Entretanto, dada a impossibilidade de dominar o meio circundante, a relação com o meio se dava por aquilo que a Antropologia chama de antropomorfismo, animismo e magia/fetiche, que são formas de compreensão do espaço através da criação de valores humanos e surreais para os fenômenos naturais (Naves e Bernardes, 2014, p.11).

Além disso, estudos de Ugarte (2005, p.2) ilustram como eram as relações sociais e de produção anteriormente a Revolução Industrial.

Corpos, ferramentas e o tempo natural trabalharam integrados por séculos. Como exemplo, citamos a arte de tecer, uma das mais antigas atividades humanas. Um processo complexo, que envolvia muitos fios, dispostos na urdidura, que combinados e entrelaçados transformavam-se em tecidos; os pés guiando o tear e as mãos selecionando os fios e carretéis.

[...]

Corpos, teares e um ritmo natural comandado pelo corpo, trabalhavam sincronizados, e neste labor estavam presentes as sensações, a imaginação e as emoções. A criatividade idealizava os desenhos que eram guardados em cartões perfurados para serem repetidos (o mesmo princípio do 'software') e em meio ao trabalho era possível conversar, rir, parar e recomeçar. Os homens quando não estavam trabalhando na agricultura, que dependia das estações do ano, participavam do tecer junto com o resto da família e da comunidade. Teares e artesãos alimentavam o comércio local por todo o interior da Grã-Bretanha, assim como por toda a Europa.

Desse modo, é notável certo equilíbrio no que se diz em relação a produção e necessidade. Percebe-se que se produzia conforme a necessidade no momento e ainda não tinha o intuito de produção em grande escala, a fim de obtenção de possíveis vendas e conseqüentemente obtenção de lucros. Não obstante, foi através desse artesanato doméstico, que se iniciou a transformação dos processos produtivos, na Inglaterra do séc. XVIII.

Destarte, a sociedade pós Revolução Industrial é marcada por características que não se faziam presentes nas sociedades anteriores a tal momento e perceber como foi se dando tal processo é instigante e apresenta situações que fazem entender alguns porquês de hoje vivermos em um espaço onde ser humano se acha completamente deslocado do meio em que vive.

Silva (2010, p. 48) em seus estudos contribui com o pensamento acima explicitado ao dizer que:

Decerto que os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado, e conseqüentemente, à obtenção de lucro.

Desse modo, realizar e entender como era toda a dinâmica de organização social antes e após a Revolução promove um panorama que leva a refletir sobre algumas questões tais como a questão ambiental é intrínseca com a questão social e o modelo econômico vigente.

Além disso, com o decorrer das reflexões será perceptível que o presente é história de todo um passado e se questões relacionadas ao meio ambiente hoje estão graves, tudo começou lá no passado.

O momento atual, no que se refere a meio ambiente, é reflexo de uma série de erros e decisões tomadas no passado. Encontramo-nos num ponto em que devemos basicamente reduzir os impactos desses erros, que nos foram deixados como legado, por uma geração, e trabalhar sob o enfoque da prevenção e da precaução para que as mesmas falhas não sejam repetidas (Pott e Estrela, 2017, p.271).

Naves e Bernardes, 2014, p. 21 sobre a Revolução Industrial ainda afirmam que:

Foi naquele momento em que as cidades ou a burguesia ganhavam forças perante o sistema feudal/absolutismo, que a noção de apropriação da natureza ganhava cor, tornando o grau de desenvolvimento e progresso de determinada sociedade totalmente vinculados à capacidade de dominação e emancipação do homem perante o meio.

Tentando aproximar as consequências dessa Revolução iniciada na Europa, especificamente na Inglaterra, a nível nacional, é necessário afirmar que o modo de produzir gerado pela Revolução Industrial começou a se desenvolver, de forma significativa, somente no final do século XIX e começo do século XX.

Percebe-se então, analisando a realidade brasileira em pleno século XXI, que de um modo geral, não há mais a questão do homem esperar condições favoráveis da natureza para então o homem se adaptar com aquilo que é disponibilizado.

Alguns exemplos podem ser dados e ilustram tal situação. Dentre eles, se a natureza não oferece frutas em certas épocas do ano devido as condições ambientais serem desfavoráveis para o desenvolvimento de tais frutos, o homem vem e interfere na natureza criando métodos artificiais para que sejam plantados e colhidos, mesmo não sendo algo natural.

Na época em que o Brasil ainda vivia sobre os efeitos do Pacto Colonial, não era permitido que houvesse a abertura de indústrias no país, ou seja, os colonos tinham que comprar os produtos manufaturados de Portugal. Somente no governo de Getúlio Vargas que o modo de produção gerado pela Revolução Industrial começou a se desenvolver.

Na década de 1940, ainda no governo Vargas, o Estado incentivou ainda mais o modo de produção industrial, criando as empresas estatais. Essas indústrias

operavam em setores que necessitavam de grandes investimentos. Como exemplos, podemos citar as seguintes empresas estatais nesse contexto:

- Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – criada na cidade de Volta Redonda (RJ) em 1940, atuava na área de siderurgia.
- Companhia Vale do Rio Doce – criada em 1942, atuava na área de mineração.
- Fábrica Nacional de Motores – criada em 1943, atuava na área de mecânica pesada.
- Fábrica Nacional de Álcalis – fundada em 1943, atuava no setor químico.

Em analogia ao meio ambiente, uma das primeiras transformações trazidas pela Revolução Industrial foi o embate na relação entre o homem e natureza, resultando num desenvolvimento econômico desenfreado associado ao alto consumo, levando a ocasionarem a degradação do meio ambiente.

Não obstante, as indústrias são uns dos principais agentes poluidores, que com suas atividades contaminam o ar, solo, aumentando a concentração de CO₂ na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global, contaminam os rios e córregos, pois jogam dejetos químicos e lixo em seus leitos.

Além disso, o crescimento desordenado dos centros urbanos, já a partir das décadas de 40-60 no Brasil, estimulou a vinda de imigrantes para as cidades e incitaram o êxodo rural contribuindo ainda mais para as expressões da questão social, ou seja, as famílias iam trabalhar nas fábricas e moravam em lugares insalubres, pois o salário que ganhavam mal dava para comer.

Outro agravante a ser considerado foi o uso da mão de obra infantil, pois as crianças faziam o mesmo trabalho que os adultos, cumprindo longas jornadas sem reclamar, muitas vezes em trabalhos noturnos, precários e pesados e conseqüentemente ganhando muito menos que um salário mínimo ou até mesmo sem custo alguns para as grandes indústrias.

Com tudo é possível destacar que a Revolução Industrial teve um papel radical na transformação da vida humana no planeta, como aponta Ugarte:

A Revolução Industrial foi um choque e a transformação mais radical da vida humana já registrada em documentos escritos, com resultados irreversíveis. O discurso se transforma e novas palavras são cunhadas: fábrica, indústria, classe trabalhadora, classe média (ou burguesia), 'pauperismo', 'capitalismo', 'socialismo' e raça são algumas delas. (Ugarte, 2005, p.2 e 3).

Ainda conforme estudos de Ugarte (2005, p. 3):

A visão da energética e do materialismo que permeavam os finais do séc. XVIII e o séc. XIX e a construção de corpos 'docilizados' e utilitários para o trabalho caracterizam uma época que teve como consequência uma epidemia de fadiga e neurastenia que demonstram o desânimo reinante diante da mudança brutal na organização social e nas relações com o tempo, objetos e natureza: o início da aceleração do 'tempo' ou melhor, da mudança do ritmo natural dos corpos, que antes entremeavam trabalho e lazer; a troca das ferramentas conduzidas pelo homem por máquinas que ditavam tempo e ritmo impostos ao corpo; da desterritorialização dos grupos transformados em operários em um novo mundo 'urbano', longe de suas terras e de sua comunidade vivendo em condições precárias; das medicalizações e dos esquadrinhamentos dos corpos.

Outra questão fundamental para trazer a discussão é relacionada ao trabalho. O mesmo que antes era visto como uma forma prazerosa tornou-se algo extremamente frustrante, visto que os trabalhadores eram explorados, tendo que cumprir extensas jornadas de trabalho e não ganhavam o suficiente para terem uma condição de vida digna. Ugarte (2005, p.4) relata que:

Com a transferência de aldeões, pessoas do campo, das províncias, do trabalho familiar doméstico e de um estilo de vida próprio para os centros urbanos como mão de obra barata, esses são transformados em 'outsiders', recém-chegados, considerados 'de fora' e sujeitados às leis e normas dos 'estabelecidos' com mais facilidade. Trata-se de um desequilíbrio na balança de poder.

Collyer (2015, sem página.) corrobora com a discussão ao dizer que:

O trabalho, antes feito de modo artesanal, praticamente familiar, em que o patrão mais se assemelhava a um pai do que propriamente um patrão, ganhou ares totalmente adversos.

Ainda conforme estudos de Collyer (2015), se antes os indivíduos trabalhavam de acordo com sua disponibilidade, com a Revolução Industrial a vida social ficaria em segundo plano, e a vida laboral dava lugar a uma grande massa de trabalhadores cada vez mais dependentes dos capitalistas, os donos dos meios de produção.

Desse modo, interessante terminar a discussão proposta por tal item dizendo que as sociedades pós-industriais apresentam ao mundo uma nova forma de consumo. Os padrões de consumo então se basearam na exploração dos recursos

naturais, instigando o consumismo, competitividade e individualidade, características fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo.

2.2 Influências do atual modelo econômico vigente denominado capitalismo para a exacerbação das expressões da Questão Socioambiental.

Analisar as influências do capitalismo para a exacerbação das expressões da Questão Socioambiental é de suma importância quando se defende que o ser humano por si só não é o destruidor em massa do meio ambiente. Desse modo, conhecendo as características de tal modelo econômico, possibilitará uma visão mais ampla para tal questão levantada.

Assim sendo, inicia-se a discussão afirmando que toda sociedade possui um modelo econômico vigente e baseado em tal, e seguindo seus princípios e valores, mantêm as relações sociais, financeiras e todo funcionamento dessa organização denominada sociedade. Desse modo, no Brasil o modelo econômico atual é denominado capitalismo e sob a ótica do mesmo as relações entre homem e meio ambiente se desvelam de modo contraditório, assim como tal sistema é considerado por grandes estudiosos.

A apresentação das características sobre o sistema é fundamental e introdutória para que depois possa ser feito um diálogo e relação com a Questão Socioambiental. Desse modo, Nunes (2012, p.33) em seus estudos afirma que:

No modo de produção capitalista há duas classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado, uma pequena parcela detentora da riqueza em forma monetária e dos meios de produção e outra, majoritariamente, empobrecida, “livre” e ao mesmo tempo obrigada, pela necessidade, a vender a única mercadoria que possui: sua força de trabalho em troca de salários (enquanto preço da força de trabalho, estabelecendo assim uma relação de trabalho assalariado).

[...]

Trabalhando sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho, a produção social é cada vez mais coletiva, e a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma pequena parcela da sociedade. Enfim, essa divisão permite o alto nível de acumulação e de concentração de capital, realizado a partir da apropriação do tempo de trabalho excedente (mais-valia) produzido pelo operário e não pago pela classe capitalista, o que leva à exploração de uma classe sobre a outra. Em outros termos, o lucro do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante (que provêm da circulação – produção mercantil simples), advém da exploração do trabalho.

De um modo geral Netto e Braz (2006) citam três estágios de desenvolvimento do capitalismo: capitalismo comercial ou mercantil; capitalismo concorrencial, liberal ou clássico; capitalismo monopolista ou financeiro até chegar ao que chamam de capitalismo contemporâneo.

O capitalismo comercial ou mercantil, iniciado no século XV foi aquele que constituiu o sistema. Fundamentado na formação de uma economia baseada nas trocas comerciais, envolvendo as sociedades de um mesmo local e também de diferentes países.

O modo de produção era a manufatura, que dividia a produção em tarefas destinadas a vários trabalhadores para produzir uma determinada mercadoria com maior eficiência e quantidade.

Em relação ao capitalismo concorrencial, liberal ou clássico, o mesmo teve início com a Revolução Industrial do século XVIII e a economia passou a estar centrada na produção industrializada. Adotou-se nesse período a doutrina do liberalismo econômico, onde o Estado não comandaria mais o mercado e sim as leis do mercado.

Já sobre o capitalismo monopolista ou financeiro iniciado no final do século XIX e início do XX é possível afirmar que a economia passou por um processo denominado de financeirização, ou seja, economia focada no poder financeiro das empresas.

De acordo com estudos de Comparato (2011, p. 251):

O capitalismo sempre foi apresentado, pura e simplesmente, como um sistema econômico; e boa parte dos economistas o analisava, e continua a analisá-lo, na esteira dos fisiocratas franceses que influenciaram Adam Smith, como o único sistema natural da vida econômica.

Ainda conforme Comparato (2011, p.264):

A expansão do sistema capitalista, da Europa Ocidental ao mundo todo, representou um dos movimentos mais característicos daquilo que se denominou a aceleração da História. Essa façanha, sem precedentes no longo processo de desenvolvimento da espécie humana na face da Terra, foi, sem dúvida, o resultado do exercício de uma nova modalidade de poder: o econômico. A dominação dos ricos sobre os pobres é tão velha quanto a própria humanidade. O capitalismo soube, porém, organizá-la de modo a lhe conferir extraordinária eficácia transformadora do meio social. [...] O grande princípio ético, por ele apresentado a todo tempo e de mil maneiras, é a liberdade. O Estado deve ser reduzido ao mínimo possível, pois a sua existência significa, em si mesma, uma mutilação da liberdade privada.

Nunes (2017) afirma ser o capitalismo uma organização econômica vigente que busca se expandir, produzir e acumular de forma ilimitada.

Andrade (2002, p.6) em seus estudos afirma como tal modelo molda os seres humanos.

Os mecanismos de acumulação impõem-se sobre os homens. Não quer isso dizer que o agir humano seja uma futilidade; os processos econômicos impõem-se sobre os homens modulando e dirigindo as suas ações. A qualquer momento do processo histórico, a política é decisiva; mas a política não pode furtar-se às restrições impostas pela economia.

Silva (2012) utiliza dos estudos de Marx para afirmar que analisar as categorias modo de produção, forças produtivas, relações sociais de produção, acumulação primitiva e trabalho torna-se decisivo para apreensão da questão ambiental dentro desse contexto de contradição promovido pelo capitalismo.

E, o porquê de dialogar com tais questões é ainda corroborado pela mesma autora Silva (2012) ao ser afirmado por ela que a os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade, já que não se tinha objetivo de formação de mercadorias excedentes com vista ao mercado e obtenção de lucro.

Não obstante a autora ainda contribui para a discussão ao afirmar que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza. Em seus estudos Silva (2012, p.45) afirma que:

Sob o signo do capital, a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza, em níveis cada vez mais inquietantes. As evidências deste processo encontram-se na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetários, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis.

Não obstante ainda afirma que:

O capitalismo não pode sustentar-se indefinidamente, sem que os avanços tecnológicos e científicos por este obtidos resultem em crescente periculosidade e destruição. O assombroso aumento da produtividade do capital o faz senhor e voraz devorador dos recursos humanos e materiais do planeta, para em seguida, retorná-los como mercadorias de consumo de massa (Silva, 2012, p.48).

Comparato (2011) contribui para a interligação entre capitalismo e questão ambiental ao afirmar que a discussão sobre o atual modelo econômico e a Questão Socioambiental é de suma importância para se entender de uma maneira global, como tal sistema propicia grandes questões e embates para o meio ambiente e não obstante também desvelar a realidade de que o ser humano sozinho não destrói nada.

Parte-se da premissa de quão forte um sistema econômico é para ativar formas de relações sociais entrando nesse aspecto também relação homem e meio ambiente e de como a história demonstra o que as pessoas são e fazem hoje no presente e assim sucessivamente nas próximas gerações.

As ações dos homens são pautadas por objetivos e direcionadas por valores que o capitalismo introduz nos seres, tais como, lucro, ganância, querer ganhar sempre mais.

Não obstante, o Serviço Social é uma profissão que se apropria de discussões em torno e também busca um novo modelo societal baseado em uma nova realidade que não aquela que promovida pelo capitalismo.

Não é apenas por conta de um lixo jogado na rua, um banho um pouco demorado, que leva a um gasto maior de água, ou devido a uma não separação do lixo reciclável daquele orgânico que o meio ambiente vai se degradando aos poucos. Boas atitudes podem sim e devem ser valorizadas, mas, é necessário entender que a defesa feita aqui e ainda conforme estudos de alguns autores é que o capitalismo é o maior degradador do meio ambiente.

2.3 Pedidos de socorro demonstrado através dos desastres ambientais nacionais nos últimos 40 anos.

O porquê de o meio ambiente estar gritando socorro pode ser exemplificado com a apresentação de inúmeros desastres, tragédias, acontecimentos relacionados a destruição maciça do meio ambiente gerando graves danos a toda uma população de seres humanos. Isto vem acontecendo já há alguns anos, pode continuar acontecendo e vai continuar se nada for feito.

É fundamental a publicização dos acontecimentos e seus porquês, a população precisa se sentir pertencente ao meio em que vive e ao mesmo tempo

lutar por ações de proteção, criação de leis e cumprimento daquilo que já existe enquanto lei. Sendo assim, conforme os autores abaixo citados é necessário que:

A questão ambiental e seu enfrentamento proporcione, ao homem, um momento de reflexão, necessário para dar novos contornos à forma com que ele vê e se enxerga no mundo. A compreensão disso parece ser fundamental, porque o resultado da assimilação da problemática ambiental poderá balizar e fundamentar vários processos sociais e intervenções humanas na natureza, nos próximos anos. (Naves e Bernardes, 2014, p.24 e 25).

Assim sendo, o quadro abaixo apresenta os principais desastres, tragédias, acidentes ambientais ocorridos no Brasil nos últimos 40 anos. Ressalta a gravidade dos acontecimentos, e a partir de então se tem proporção da destruição, entendendo que a quantidade abaixo demonstrada de acidentes jamais pode ser considerada baixa e sim alarmante.

QUADRO 01 – Principais acontecimentos brasileiros relacionados a destruição do meio ambiente e de vidas dos seres humanos nos últimos 40 anos

<p>Anos 1980</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1980 – Vale da Morte: O jornal americano batizou o pólo petroquímico de Cubatão (SP) como “Vale da Morte”. As indústrias localizadas na cidade de Cubatão despejavam no ar toneladas de gases tóxicos por dia, gerando uma névoa venenosa que afetava o sistema respiratório. Consequências: Nasceram bebês com deformidades físicas, sem cérebros. O pólo contaminou também a água e o solo da região, trazendo chuvas ácidas e deslizamentos na Serra do Mar. • 1984 – Vila Sicó: Uma falha em dutos subterrâneos da Petrobras espalhou 700 mil litros de gasolina nos arredores dessa vila, localizada também em Cubatão (SP). Consequências: Após o vazamento, um incêndio destruiu parte de uma comunidade local, deixando quase cem mortos. • 1987 – Césio 137: Um grave caso de exposição ao material radioativo Césio 137 ocorreu em Goiânia (GO). Dois catadores de lixo arrombaram um aparelho radiológico nos escombros de um antigo hospital, e encontraram um pó branco que emitia luminosidade azul. Consequências: O material foi levado a outros pontos da cidade,
-------------------------	--

	<p>contaminando pessoas, água, solo e ar, e causando a morte de pelo menos quatro pessoas. Anos depois, a Justiça condenou por homicídio culposo os três sócios e um funcionário do hospital abandonado, mas a pena foi revertida em prestação de serviços voluntários.</p>
<p>Anos 2000</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 2000 – Vazamento de óleo na Baía de Guanabara: Um acidente com um navio petroleiro resultou no vazamento na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro. Consequências: O incidente causou morte da fauna local e poluiu também o solo em vários municípios, como Magé. • 2000 - Vazamento de óleo em Araucária: Em julho, o Ibama aplicou três multas à Petrobras, totalizando R\$168 milhões, pelo vazamento de quatro milhões de litros de óleo na refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária (PR). Consequências: Prejuízos causados à flora e à fauna locais, à qualidade da água e do ar, e ao meio ambiente como um todo. • 2003 – Vazamento de Barragem em Cataguases: Em março, ocorreu o rompimento de barragem de celulose na região de Cataguases (MG), com vazamento de 520 mil m³ de rejeitos compostos por resíduos orgânicos e soda cáustica. Consequências: Os resíduos atingiram os rios Pomba e Paraíba do Sul, originando prejuízos ao ecossistema e à população ribeirinha, que teve o abastecimento de água interrompido. O incidente também afetou áreas do Estado do Rio de Janeiro.

- **2004 – Furação Catarina:** Em março, ocorreu a passagem do primeiro furacão que atingiu a costa do Atlântico Sul, chamado de Furacão Catarina, atingindo o litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com ventos que chegaram a cerca de 180 km/h.
Consequências: Ao menos 40 municípios foram atingidos, 35.873 casas foram danificadas e 993 destruídas. Quatro pessoas morreram, pelo menos 518 ficaram feridas e aproximadamente 33 mil pessoas ficaram desabrigadas. Os prejuízos totalizaram aproximadamente R\$ 1 bilhão de reais e 14 municípios decretaram Estado de Calamidade Pública. A força do vento arrancou 115 árvores pela raiz.
- **2007 – Rompimento de Barragem em Mirai:** Houve rompimento de barragem de mineração na região de Mirai (MG), com vazamento de 2.280.000 m³ de água e argila (lavagem de bauxita). O órgão estadual aplicou multa de R\$ 75 milhões à empresa Mineração Rio Pomba Cataguases.
Consequências: Inundações de áreas ribeirinhas, destruição de áreas de pastagem e de agricultura. As enchentes, agravadas pelo vazamento, deixaram quatro mil pessoas desabrigadas. Bacia de Campos, no Rio de Janeiro (RJ).
- **2008 – Inundações bruscas em Santa Catarina:** Em novembro os moradores do Vale do Itajaí enfrentaram um dos piores desastres da história de Santa Catarina junto com as inundações de 1974, 1983, 1984, 1995, 2004 e 2005.
- **Consequências:** O excesso de chuva provocou inundações enchentes e deslizamentos de terra nas encostas dos morros. Segundos dados da Defesa Civil, 63 cidades entraram em situação de emergência, 14 em estado de calamidade pública, 135 mortes, e 1,5 milhões de pessoas foram atingidas.
- **2010 – Inundações bruscas em Pernambuco:** Em junho, dezenas de cidades de Pernambuco e Alagoas foram afetadas pelas enchentes dos rios Una e Jaboatão devido às chuvas intensas que afetaram a região.
Consequências: As enxurradas destruíram cidades inteiras como Palmares e Barreiros, 100% afetados pelo evento. Em 24 horas choveu mais de 70% do volume esperado para o mês. As áreas mais afetadas foi então a Zona da Mata (Sul) e o Agreste Pernambucano. 67

	<p>municípios foram afetados, dentre os quais 12 decretaram Estado de Calamidade Pública e 30 como Situação de Emergência. 20 pessoas morreram em consequência do evento.</p> <ul style="list-style-type: none">• 2011 – Vazamento de óleo Bacia de Campos: Em novembro, houve o vazamento de uma grande quantidade de óleo da Chevron na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro (RJ). Consequências: Especialistas registraram uma grande quantidade de animais mortos nas áreas afetadas pela mancha.• 2012 – Seca no Nordeste: A seca que castigou o semiárido brasileiro de 2012 a 2017, em especial o sertão do Nordeste, foi a pior da história já registrada no Brasil, aponta levantamento do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia). Consequências: A região perdeu 4 milhões de animais em 2012, quando o semiárido viveu a mais intensa seca das últimas décadas, Todos as demais espécies com exceção dos coelhos também tiveram redução de animais em 2012, a exemplo de cavalos, jumentos, porcos, búfalos e codornas.• 2015 – Incêndio na Ultracargo: Em abril, após incêndio no Terminal Alemoa, em Santos (SP), a empresa Ultracargo foi multada pelo órgão estadual de meio ambiente em R\$ 22,5 milhões por lançar efluentes líquidos no estuário, em manguezais e na lagoa contígua ao terminal. A Ultracargo foi multada por lançar efluentes líquidos no estuário de Santos, em manguezais e na lagoa ao lado do terminal. Consequências: Além de emitir efluentes gasosos na atmosfera, colocar em risco a segurança das comunidades próximas, dos funcionários e de outras instalações localizadas na mesma zona industrial.• 2015 – Rompimento da Barragem de Mariana: Em novembro, o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG) provocou a liberação de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos. O Rio Doce já estava razoavelmente comprometido antes desse desastre, por fatores como poluição e assoreamento. Consequências: O rompimento da barragem do Fundão liberou o equivalente a 25 mil piscinas olímpicas de resíduos. Morte de milhares de peixes; assoreamento, desvio de cursos de água e levou até mesmo
--	--

	<p>ao soterramento de nascentes. Os pescadores não conseguem mais realizar a atividade de pesca igual realizavam antes do rompimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2019 – Rompimento da Barragem de Brumadinho: O desastre ambiental em Brumadinho ocorreu em razão do rompimento de uma barragem da Vale. <p>Consequências: A grande quantidade de material liberado passou por uma grande área, desencadeando de forma imediata a morte de várias pessoas e também de outros animais e plantas. É importante frisar que a região atingida é uma área com remanescentes da Mata Atlântica e, portanto, rica em biodiversidade.</p>
--	--

FONTE: Criado pela autora (2019) através de informações obtida por fontes online (2019).

2.4 Estratégias criadas para enfrentamento das expressões da Questão Socioambiental

A sociedade capitalista produz um esgotamento e acirramento dos recursos naturais, para além, um número de desigualdades sociais, e exige de não somente os Assistentes Sociais, mas de inúmeras profissões, respostas frente a tal indigna realidade. Não obstante, exige também da própria sociedade e daqueles que mais exploram tais recursos naturais respostas para o enfrentamento desse contexto.

Conforme estudos de Nunes (2017) ainda que a degradação socioambiental sempre existiu nas sociedades humanas, é possível afirmar que as relações sociais capitalistas acirram este processo de destrutividade. Ainda de acordo com o autor, o capitalismo gera um emaranhado de contradições ecológicas e, ao mesmo instante, estabelece diferentes estratégias para minimizar a destrutividade e criar condições para manter a acumulação:

Assim, as principais estratégias engendradas para minimizar as sequelas da destrutividade ambiental perpassam o investimento em alternativas tecnológicas, a busca por responsabilizar o indivíduo pela adoção de hábitos “ambientalmente corretos” e a privatização dos recursos naturais, estando estas amparadas pelo discurso hegemônico de que seria possível compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação ambiental no capitalismo (Nunes, 2017, p.190).

Desse modo, os termos “crise ambiental”, “desenvolvimento sustentável”, “empresa verde”, devem ser analisados com viés de criticidade e como estratégias utilizadas pelo atual sistema econômico vigente como estratégias para que se continue a exploração do meio ambiente de forma contínua e sem que a população e órgãos públicos os questionem.

CAPÍTULO 3: BREVE HISTÓRICO SOBRE A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA APÓS A CONSTITUICAO DE 1988

*Já não há meio ambiente... Mas preservemos o terço de ambiente que nos resta.
Veríssimo Andrade.*

Será que sempre existiu um aparato denominado legislação ambiental no Brasil? Sempre se pensou sobre questões relacionadas ao meio ambiente e suas relações com aspectos econômicos e sociais? Se não existia, como mudou e a partir de quais condições? De que forma todo esse aparato é uma conquista da população?

Goldemberg e Barbosa (2014, s/p) afirmam que:

Quase três séculos se passaram desde a Revolução Industrial, porém a questão ambiental começou a ser levantada somente no final da década de 1960 e início da de 1970. Anteriormente, alguns episódios demonstravam a

influência do crescimento desordenado na vida da população e na saúde do meio ambiente, tidos como mal necessário para o progresso.

Nunes (2017, p. 184) afirma que enquanto na década de 1970 internacionalmente a discussão acerca do reconhecimento e enfrentamento dos problemas socioambientais ganhava notoriedade, no Brasil era afastada devido ao auge do modelo desenvolvimentista.

Neste período evidenciou-se um tipo de política econômica que incentivou o crescimento da industrialização. Baseado na exploração dos recursos naturais e na superexploração do trabalhador, as indústrias estrangeiras instaladas nos países subdesenvolvidos já não encontravam mais espaços nos países onde avançava a “consciência ambiental”, no entanto, o Brasil as recebia considerando os impactos ambientais do desenvolvimento um “mal necessário”, pois interessava o crescimento econômico do país.

Ainda de acordo com estudos de Nunes (2017) destaca-se que foram desenvolvidos três tipos de políticas ambientais: regulatório, estruturador e indutor.

As políticas ambientais regulatórias foram centrais de 1930 a 1971, visto a elaboração de legislação para estabelecer normas sobre o uso, apropriação dos recursos naturais e a criação de aparatos institucionais que garantissem o cumprimento da lei. As políticas estruturadoras (1972 a 1987) dizem respeito à intervenção estatal ou Organizações Não Governamentais (ONGs) na proteção ao meio ambiente, a exemplo da criação de áreas de proteção ambiental, Unidades de Conservação. As políticas ambientais indutoras de 1988 até o momento, têm por objetivo influenciar o comportamento dos indivíduos e são implementadas através de linhas de financiamento e políticas fiscais tributárias. Faz-se uso de instrumentos econômicos para privilegiar práticas “ambientalmente corretas” e inviabilizar as que resultem em degradação, a exemplo das certificações ambientais (Nunes, 2017, p. 185).

Sendo assim, trabalhos de Tolomei (2005) contribuem para a discussão ao relatarem que a constitucionalização da proteção ambiental no Brasil é muito recente e embrionária, se for levado em conta os 500 anos da história. Hendges (2016) traz um histórico sobre a legislação ambiental brasileira, permitindo apresentar o marco histórico calcado na Constituição de 88 sobre o que está sendo dialogado.

Desse modo, tal autor ressalta que o meio ambiente recebe um destaque especial na Constituição Federal de 1988, especificamente no Título VIII – Da Ordem Social, o Capítulo VI com o Artigo 225 totalmente dedicado ao tema e dispõe que inclui:

Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Percebe-se a importância do art. 225 da CF/88 sendo que o mesmo demonstra que a proteção do meio ambiente, é, irrefutavelmente, um direito e um dever fundamental da pessoa humana, consagrado na ordem constitucional brasileira.

Não obstante Hendges (2016) ainda traz os artigos 5, 23 e 24, e os a partir de 184 até o artigo 191 da CF/88 como aqueles que também trazem apontamentos para a discussão que envolve a questão ambiental.

“O artigo 23, incisos VI e VII estabelecem a competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios quanto a proteção do meio ambiente; o artigo 24, inciso VI, possibilita a legislação concorrente sobre o meio ambiente, florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, solos, recursos naturais e poluição, sempre respeitando os princípios constitucionais e as leis federais que a regulamentaram. A propriedade, rural ou urbana, deve cumprir sua função social – artigo 5º, inciso XXIII; são estabelecidos direitos e deveres das propriedades e uma Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária – artigo 184 a 191” (2016, sem página.)

Porém, Tolomei (2005) traz que não apenas tais artigos discorrem sobre a questão ambiental, desse modo cita o seguinte artigo 170 da CF/88:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios: VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

Desse modo, podemos aferir que tais dispositivos constitucionais favoreceram e contribuíram para o surgimento de um conjunto de leis que compõem então o que é chamado de legislação ambiental. Medeiros (2004) corrobora com a discussão fortalecendo ainda mais o que já foi apresentado por Hendges (2016) ao afirmar que a partir da década de 80, as disposições legais referentes à proteção ambiental apresentaram maior fôlego, culminando na Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo inteiro ao tema.

Nem sempre todas as pessoas têm a consciência da importância de fazer sua parte, de entender que vivem sob a égide de um sistema econômico vigente

denominado capitalismo e que o mesmo causa inúmeros danos ao meio ambiente, conforme já discutido anteriormente.

É gratificante e satisfatório entender que quando ocorre uma discussão sobre a Questão Socioambiental, existe um aparato legal que qualifica e propicia uma discussão de forma a se considerar e efetivar o que está previsto dentro da Lei.

Se existe um Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), e várias Políticas Nacionais que tratam diretamente de questões relacionadas ao meio ambiente, é porque muito se lutou, alguém, ou várias pessoas, ou inúmeras situações aconteceram, de modo que levassem a serem aprovadas tais Leis.

Não obstante, ter um sistema a nível nacional para participar de questões ambientais de certa forma provoca uma sensação de alívio, de que há sim, todo um complexo, uma estrutura que vai proteger o meio ambiente.

Desse modo, além de tal sistema, há outras leis, denominadas Políticas Nacionais de: Resíduos Sólidos, Educação Ambiental e Saneamento Básico que vão amparar e articular questões referentes ao tratamento de lixos, sobre o uso e importância da discussão sobre a Educação Ambiental entre outros. Sendo assim, de suma importância a apresentação e discussão de cada um dos itens acima citados para que podemos perceber toda a complexidade que envolve o termo “Questão Socioambiental”.

Indo além, tem-se a pretensão de desde já tentar articular tais leis com o Serviço Social, satisfazendo um dos objetivos desta pesquisa, para tanto um resumo das principais leis e decisões posteriores e com base na Constituição de 1988 é apresentado de forma clara e concisa por Hendges (2016):

Quadro 02 - Resumo das principais leis e decisões posteriores e com base após Constituição de 1988.

<p style="text-align: center;">Lei 7.735/1989</p>	<p>Criou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Fusão da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, Superintendência da Borracha – SUDHEVEA, Superintendência da Pesca – SUDEPE e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF</p>
<p style="text-align: center;">Lei 7.797/1989</p>	<p>Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente com o objetivo de desenvolver projetos que</p>

	incentivem o uso racional e sustentável dos recursos naturais, a manutenção, recuperação e melhoria da qualidade ambiental e da vida da população.
Lei 7.803/1989	A expressão Reserva Legal é utilizada pela primeira vez, exigida a averbação e vedadas alterações nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento das áreas.
Decreto 99.274/1990	Regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente – lei 6.938/1981 e dispõe sobre a criação de Estações ecológicas e Áreas de Proteção ambiental. Rio 92 – Embora não seja uma lei, mas um encontro internacional, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92 ou Eco 92 – influenciou decisivamente na adoção de legislação correspondente às suas decisões nos próximos anos, assim como na organização política dos movimentos ambientalistas nacionais.
Lei 8.490/1992	Embora dispusesse sobre a organização da Presidência da República, criava também o Ministério do Meio Ambiente.
Medida Provisória 1.511/1996	Primeira de uma série que definem e conceituam as Reservas Legais e as Áreas de Preservação Permanentes, fixando as primeiras em 80% na Amazônia Legal.
Lei 9.433/1997	Política Nacional de Recursos Hídricos: regulamenta o artigo 21, inciso XIX da Constituição Federal. Estabelece o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, estabelece que a água é um bem de domínio público, uso múltiplo e gestão descentralizada com participação dos

	usuários. O Decreto 4.613/2003 – Regulamenta o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, suas competências e composição.
Lei 9.605/1998	Lei dos Crimes Ambientais: estabelece as sanções penais e administrativas relacionadas com ações e atividades lesivas ao meio ambiente, responsabilizando os infratores nas esferas civil e penal e possibilitando a recuperação dos danos causados
Decreto 3.179/1999	Regulamenta a Lei dos Crimes Ambientais – Lei 9.605/1998 e especifica as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Lei 9.795/1999	Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA: inclui a educação ambiental inter, multi e transdisciplinar em todos os níveis e modalidades formais do ensino e não formal como práticas educativas desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, empresas, sindicatos, organizações não governamentais, meios de comunicação e cidadãos para a sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, sua organização e defesa do meio ambiente. O Decreto 4.281/2002 – Regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental, sua execução e gestão.
Lei 9.666/2000	Sobre a prevenção, controle e fiscalização dos lançamentos de óleos e substâncias perigosas ou nocivas nas águas nacionais. A resolução Conama nº 306/2002 estabelece os requisitos para as auditorias ambientais de avaliação dos sistemas de

	gestão e controle ambiental nos portos, plataformas e refinarias com objetivos de cumprimento da legislação e dos licenciamentos ambientais pelas indústrias petrolíferas, gás natural e derivados
Lei 9.985/2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: regulamenta o artigo 225, incisos I, II, III e VII da Constituição. Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.
Lei 11.326/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Lei 11.516/2007	Cria o Instituto Chico Mendes – ICMBio como responsável pela gestão e fiscalização das Unidades de Conservação.
Lei 11.445/2007	Política Nacional de Saneamento Básico – PNSB: diretrizes nacionais para o saneamento básico englobando o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Estabelece os princípios fundamentais para a prestação de serviços públicos de saneamento, sua titularidade, planejamento e regulação. O Decreto 7.217/2010 regulamenta a Política Nacional de Saneamento Básico e estabelece o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA.
Lei 12.305/2010	Código Florestal ou Código Ambiental: dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, as áreas de preservação permanentes – APP, as reservas legais, as áreas consolidadas, a exploração florestal e

	outras providências relacionadas à proteção e recuperação de áreas protegidas. Revoga a lei 4.771/1965 – antigo código florestal e outras leis relacionadas, altera algumas diretrizes da Lei 6.938/1981 – Política Nacional de Meio Ambiente. O Decreto 7.830/2012 regulamenta o Código Florestal e dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – CAR e Programas de Regularização Ambiental – PRA.
Instrução Normativa 02/2014 do Ministério do Meio Ambiente	Estabelece os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR e define os procedimentos gerais para a execução do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

FONTE: Criado pela autora (2019) através de informações de Hendges (2016).

3.1 Breve descrição das Leis 7.735/1989 e 7.797/1989.

Ambas leis são pequenas e não serão mais detalhadas com profundidade tendo em vista a importância das outras mais discutidas para o âmbito e contexto da relação da questão ambiental com o Serviço Social.

Desse modo, a Lei 7.735/1989 que dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências, possui 7 artigos. Assim sendo, destaca-se o art. 2º da lei 7.735/1989:

É criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de: I - exercer o poder de polícia ambiental; (Incluído pela Lei nº 11.516, 2007); II - executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente; e (Incluído pela Lei nº 11.516, 2007); III - executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente.

Já a Lei 7.797/1989 que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências possui 8 artigos, dando ênfase para o art. 5º da lei:

Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta Lei, em projetos nas seguintes áreas: I - Unidade de Conservação, II - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; III - Educação Ambiental; IV - Manejo e Extensão Florestal; V - Desenvolvimento Institucional; VI - Controle Ambiental; VII - Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

3.2 Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente

Através de pesquisa realizada diretamente pelo site do Ministério do Meio Ambiente (2019) pode se verificar que o Sistema Nacional do Meio Ambiente no Brasil (SISNAMA) foi criado pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentado pelo Decreto nº 99274, de 06 de junho de 1990.

Ainda conforme informações advindas de mma.gov.br (2019) tal sistema é a estrutura adotada para a gestão ambiental a nível nacional e é formado por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

Já o Decreto 99274/1990 regulamenta além da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Sendo nesse momento apresentada a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Desse modo, é necessário destacar e enfatizar o Art.2 de tal lei que discorre:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas
IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;
X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Analisando tais princípios, o Assistente Social em diversos espaços sócios ocupacionais, sabe-se que o mesmo trabalhando diretamente com a população, pode e deve fortalecer aspectos de pertencimento ao meio em que vive, trabalhando questões tais como a sensação de deslocamento, separação do meio ambiente e fortalecimento de movimentos sociais relacionados a proteção de áreas ameaçadas de degradação, por exemplo. Iamamoto (2007, p.40) contempla a discussão ao afirmar que:

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de 10 situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente.

Os profissionais tendo conhecimento desta lei podem trabalhar com a mesma e com as famílias, principalmente aqueles que atuam nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Não obstante, pode ser um sujeito agente participante de Conselhos relacionados a questões ambientais, levando sempre a reuniões demandas advindas das famílias acompanhadas.

De acordo com Pelegrini (2013 p. 7) os usuários das políticas sociais, em sua maioria, são advindos das classes subalternizadas e estão apartados da participação social por desconhecer os mecanismos de decisões da política pública.

Sobre o Decreto 99274/1990 o mesmo possui 45 artigos, ressaltando que no mesmo especificamente no Art.3º há a apresentação da estrutura do SISNAMA, além disso, nos demais artigos pode-se entender sobre constituição e funcionamento, por exemplo, dos órgãos que compõem a estrutura do SISNAMA.

3.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos

No que diz respeito a Política Nacional de Resíduos Sólidos, através de dados obtidos ainda pelo site do Ministério do Meio Ambiente (2019), sabe-se que a mesma foi instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Conforme estudos de Alves (2011) dados do IBGE demonstravam que a Coleta Seletiva era bastante primária no país. Não obstante, a autora relata que a proposta instituída pela lei que conforma a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, começou a ser discutida no final da década de 80, p. 1 e 2:

Ao mesmo tempo em que profissionais sociais discutiam as condições de vida e trabalho da população que vivia do lixo, ambientalistas levantavam a bandeira da defesa do Planeta, a cada dia mais comprometido pela ação humana. Em 1999, o CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente define diretrizes técnicas para a gestão de Resíduos Sólidos, e em 2001 é formada uma Comissão na Câmara de Deputados que em 2005 ganha novo fôlego e constrói o Projeto de Lei a partir de discussão com os Ministérios das Cidades, da Saúde, do Meio Ambiente e da Casa Civil. Este PL, enviado ao Congresso pelo presidente Lula é a primeira iniciativa do executivo sobre a matéria e gera, em 2010, a lei 12.305.

Desse modo, após 21 anos de discussões no Congresso Nacional é aprovada tal lei que contém quesitos importantes para principalmente o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Diretamente do site ainda, obtém-se a informação de que a lei prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos; institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos; cria metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, metropolitano e municipal.

Tal Lei traz ganhos não apenas para o meio ambiente que pode sim ser preservado, mas, também para os sujeitos ativos do processo de catação. Conforme Alves (2011), p. 3 que diz [...] “Relatos e depoimentos de trabalhadores na catação de recicláveis permitem afirmar que esta ocupação surgiu da necessidade de complementação de renda para pessoas com dificuldades de sobrevivência”.

Assim sendo, destaca-se o Art. 7 de tal Lei que cita sobre os quinze objetivos da mesma:

- I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

- III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
- VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- VII - gestão integrada de resíduos sólidos;
- VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
- IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;
- X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
- XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:
 - a) produtos reciclados e recicláveis;
 - b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;
- XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;
- XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

Alves (2011, s/p) em seus estudos ainda traz questões que fazem ter a reflexão sobre a importância de um profissional que lida diariamente com a realidade das famílias.

O papelão catado e revendido garantia o Leite das crianças” – dizia D. Rosa quando contava ser uma das pioneiras e que estava neste trabalho desde a década de 40. Num primeiro momento, estes homens e mulheres atuavam individualmente, sem troca com seus pares e estavam submetidos aos proprietários dos depósitos de sucata que não apenas compravam aquilo que obtinham, mas definiam o valor a pagar e, em algumas situações forneciam uma carroça e mesmo permitiam o pernoite no meio do lixo recolhido. Foi na década de 70 que estes trabalhadores começaram a discutir em grupo suas dificuldades pela falta do instrumento de trabalho, pela insegurança em virtude da falta de local seguro para guardar a carroça – principal instrumento de trabalho – e por terem que se submeter aos donos dos depósitos. Era difícil aceitar que o preço do papelão diminuía quando caía o valor desse produto no mercado, mas que não aumentava quando o mercado se aquecia, gerando cada vez mais mais valia para o Capital.

Desse modo, mais uma vez é perceptível a ligação com o Serviço Social, tendo em vista como um profissional que lida diretamente com as expressões da questão social, pode em algum momento atender famílias que sobrevivem da

catação e todas suas demandas e necessidades. Assim sendo, o fortalecimento de tais grupos e não obstante deixando a dimensão socioeducativa criar movimentos de campanhas de reciclagens, entre outros.

3.4 Política Nacional de Educação Ambiental

No que diz respeito a Política Nacional de Educação Ambiental, através de informações contida nos site do Ministério do Meio Ambiente (2019), sabe-se que tal Política foi instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

Destacam-se os artigos 1º e 2º da referida Lei:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

[...]

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

No que concerne a tal área muito se discute sobre como o Assistente Social pode dialogar sobre a educação ambiental de uma maneira crítica e emancipadora, buscando apreender a mesma como a possibilidade de uma nova relação entre homem e meio ambiente.

Após a leitura sistemática há uma análise de como o Serviço Social pode se inserir em discussões relacionadas a proposta da Política Nacional de Educação Ambiental, tendo em vista, que é uma educação voltada para ir além de atitudes pontuais, buscando sempre ir além do que é simplesmente definido como meio ambiente.

Percebe-se e discute sobre a partir dos seguintes artigos:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental: II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.

[...]

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.

De acordo tal Lei a Educação Ambiental ainda pode ser abordada no ensino formal e através do não formal. Sobre o ensino formal é discorrido especificamente através dos artigos 9º ao 12º:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

[...]

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

[...]

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

[...]

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Já referente a educação ambiental não formal pode ser representada pelo artigo 13º.

Art. 13. Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

3.5 Política Nacional de Saneamento Básico

Sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, através de dados obtidos ainda pelo site do Ministério do Meio Ambiente (2019), tem-se a informação de que a mesma foi instituída pela Lei nº 12.305, de 05 de janeiro de 2007.

Estudos de Zanini (2016) afirma que dentre os temas que atravessam e estão relacionados com o meio ambiente está o saneamento básico, que é indispensável para a vida, tanto na prevenção de doenças, quanto na preservação do meio ambiente, na manutenção da vida e como um direito básico a todos.

A maioria da população brasileira, em 2010, tem um abastecimento de água e manejo de resíduos sólido aceitável para os padrões de saneamento básico do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB). Porém, mais do que a metade da população recebe um ineficiente atendimento em esgotamento sanitário: cerca de 60%. O déficit é bastante significativo, se analisarmos o saneamento básico em sua totalidade (Zanini, 2016, p. 27).

Tal Lei de acordo com o art. 1º estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Desse modo considera-se saneamento básico como: (Incluído pela Medida Provisória nº 868, de 2018)

I- saneamento básico - conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, pela disponibilização, pela manutenção, pela infraestrutura e pelas instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e os seus instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, pela disponibilização e pela manutenção de infraestrutura e das instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até a sua destinação final para a produção de água de reuso ou o seu lançamento final no meio ambiente.

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbanas; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, de transporte, retenção ou detenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes

Desse modo foi dissertado brevemente sobre as principais Leis que dizem respeito à questão ambiental. Porém alguns argumentos ainda ao longo de tal capítulo devem ser realizados tais como: Que Leis são essas? Foram criadas por que e para quem? São de fato efetivas? Estão preocupadas em proteger o meio ambiente de forma integral ou apenas servem para que com muitas dificuldades possam ser colocadas em prática?

Muitos questionamentos e críticas são necessários fazer a respeito. O contentamento por parte da população e órgãos públicos não deveriam acontecer e o exercício de analisar todo o movimento da realidade estando atendo a todas mudanças são de extrema importância.

Nunes (2017, p. 187) em seus estudos destaca justamente sobre tais questões acima colocadas. A autora critica sobre o fato de que após 20 dias o desastre em Mariana-MG a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ter aprovado o Projeto de Lei nº 2.946/2015 que propôs novas diretrizes para licenciamentos ambientais no Estado.

Embora a proposta fosse agilizar a regularização ambiental, na realidade, o PL pode reduzir o poder do Conselho Estadual de Política Ambiental, priorizar empreendimentos considerados estratégicos pelo Governo, ampliar a insegurança jurídica, danos ambientais e os conflitos sociais associados a grandes projetos.

Não obstante, ainda remete a Michel Temer quando estava na condição de presidente interino, ter nomeado para o Ministério da Agricultura, Blairo Maggi, o maior produtor de soja do mundo. Nesse sentido, pode-se trabalhar na perspectiva de para quem ele vai direcionar suas ações.

Ainda que com resistências, esses e outros projetos seguem tramitando, a exemplo das Medidas Provisórias (MPs) nº 759/2016, 756/2016 e 758/2016. A primeira foi sancionada e convertida na Lei nº 13.465/2017, sendo interpretada como uma anistia à grilagem; a segunda previa alterar os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim e criar a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim no Pará, sendo vetada em junho/2017, e a terceira que visava alterar os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção do Tapajós, foi transformada em norma jurídica com veto parcial (Lei nº 13.452/2017). Tais ações preveem a redução das Unidades de Conservação, colocam a terra à disposição de grileiros e desmatadores e servem para acomodar grandes invasores de terras. (Nunes, 2017, p.188)

E ainda Nunes (2017) exemplifica como essas relações de disputa de poder que pode sim interferir nas decisões do Estado a fim de implementação de Leis e Políticas Públicas, a autora cita a violência sofrida por indígenas, ou quando caminhões do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) foram incendiados no Pará, bem como prédios do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) também foram incendiados após uma operação no Amazonas, sendo suspeito dos crimes garimpeiros da região.

CAPÍTULO 4: FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UFTM E AS INTER-RELAÇÕES DA PROFISSÃO COM A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Diante das imbricações das funções e relações humanas, pouco importa a que área nos reportamos para uma atividade acadêmica. Se partirmos do corpo chegamos ao social. Se da alma, ao corpo e ao social, ao ambiente. Tudo se entrelaça.

Norbert Elias

Neste capítulo será brevemente apresentado sobre o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho. Não obstante traz algumas discussões sobre a Questão Socioambiental nos currículos do Serviço Social e as contribuições que tal categoria profissional pode trazer para a Questão Socioambiental. Alguns apontamentos iniciais sobre tais contribuições já foram realizados no capítulo 3 ao longo da escrita sobre a legislação ambiental.

Por fim este capítulo traz as análises apreendidas a partir da Leitura dos dois projetos pedagógicos e também das quatro matrizes curriculares que o curso de Serviço Social da UFTM tem e teve ao longo de sua história desde a sua existência.

É momento de apresentar e afirmar ainda mais, já que ao longo de todo trabalho, alguns itens são apresentados e assim desvelar como tal categoria é

importante para lidar e trabalhar com as diversas expressões da Questão Socioambiental.

4.1. Serviço Social: Que profissão é essa e as diretrizes curriculares para a formação profissional

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil surgiram no final da década de 1930, quando o país passava por um intenso processo de industrialização e urbanização, evidenciando a relação capital x trabalho, gerando consequências como a extrema pobreza. A classe operária era explorada demasiadamente trabalhando por horas a fio e recebendo quase nada pelo trabalho realizado.

Santos e Pessoa (2006) expressam que o modo de produção capitalista, desde o seu princípio, tem criado mecanismos de dominação sobre a classe trabalhadora que vão além da exploração salarial, pois as artimanhas utilizadas implicam em uma modelagem da visão de mundo dos trabalhadores, que cada vez mais se tornam passivos e impossibilitados de conceberem uma sociedade que não seja marcada pela hegemonia do capital.

Essas escolas eram frequentadas apenas por mulheres e que tivessem alguma ligação com a Igreja Católica, as chamadas “damas da caridade” e tinham como finalidade oferecer uma formação social através do conhecimento das questões e dos problemas sociais e preparava os profissionais para atuarem em vários campos da ação social, nas obras de assistência, nos serviços de proteção à infância, nas organizações operárias e familiares.

A profissão surgiu com um viés assistencialista, ou seja, partindo de uma concepção do senso comum, sem profissionalização, usando de técnicas de voluntarismo e de espontânea doação em prol de ajudar as populações menos favorecidas. Essas ações despertavam sentimentos de gratidão e dificultava a percepção das políticas de assistência como um direito do cidadão e um dever do Estado.

A partir das décadas de 40 e 50 a profissão se envolveu em um amplo processo de aspectos políticos, econômicos e culturais. Esse processo provocou alterações na prática profissional, ou seja, o profissional passou a incorporar as técnicas de caso, grupo e comunidade e usavam conteúdos técnicos e

metodológicos. O Serviço Social nessa época tinha influência americana, que se dava por ideias funcionalistas.

Essa abordagem funcionalista é uma incorporação da vertente positivista, que se caracteriza como uma prática imediatista, ou seja, com respostas imediatas diante as diversas expressões da questão social.

Contudo, diante as inúmeras transformações da sociedade brasileira, a categoria profissional viu a necessidade de mudar essa vertente. A profissão que antes era regulamentada em 1957 com a Lei nº 3252 passou a ser regulamentada pela Lei 8662/93, além de instituir também um novo Código de Ética, expressando um projeto profissional contemporâneo comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. Sendo assim, o Serviço Social se legitima enquanto uma especialização inserida na divisão sócio-técnica do trabalho.

A sociedade na qual vivemos está em constantes transformações em todos os âmbitos da vida, social, econômico, político e também ambiental. O Serviço Social sendo uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e de caráter interventivo deve acompanhar essas mudanças.

Segundo o projeto político pedagógico do curso de bacharelado em Serviço Social da UFTM a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é reconhecida pelo crescimento econômico próprio do acelerado processo de inovações decorrentes dos avanços científicos, tecnológico-informacionais e do mercado globalizado, e tem se desenvolvido politicamente se expressando como polo de referência em termos de políticas públicas e prestação de serviços, em especial nas áreas de educação e saúde.

As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social buscam enfatizar esses eixos em suas disciplinas, fazendo com que o discente se torne um profissional crítico para atuar nas diversas manifestações das questões sociais.

Importante citar que para a construção dos Projetos Pedagógicos que contém todas informações minuciosas referentes ao processo de formação profissional, algumas Leis, resoluções e portarias se fazem presentes tais como:

Lei nº 1.550/2011, Lei nº 10.681/2004; Lei nº 11.788/2008; Resolução CFESS nº 15/2002; Resolução CFESS nº 533/2008; Resolução CFESS nº 493/2006; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS: Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Serviço Social. 1996;

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS: Proposta básica para o projeto de formação profissional. O que demonstra que tais projetos são construídos com fundamentação teórica e em cima de Leis.

4.2 A Questão Socioambiental e o Serviço Social

De acordo com estudos de Giometti e Silva (2017) o Serviço Social é uma categoria profissional que busca que a população tenha acesso, direitos e condições de vida dignas. Para tanto, luta para que a população tenha qualidade de vida no que concerne à saúde, habitação, educação, entre outros. Assim sendo, esta realidade está interligada a um ambiente sadio e preservado, a fim de que as presentes e futuras gerações possam suprir suas necessidades e para que a vida se perpetue.

Barroco (1999) considera qualidade de vida como sendo a possibilidade de melhor distribuição, e usufruto da riqueza social e tecnológica da população, além disso, a autora traz sobre a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e a natureza.

É recente dentro da história do Serviço Social discussões e o diálogo da categoria profissional com a Questão Socioambiental. Não foi desde a gênese de tal profissão que a mesma teve um olhar voltado para situações referentes a Questão Socioambiental, a situação foi mudando com o tempo e a medida que as demandas iam surgindo, fazendo com que o Serviço Social se posicionasse sobre tais questões.

Estudos de Santos (2007) afirmam que especificamente sobre a produção bibliográfica e documental da categoria profissional na década de 1960 até 2000, foi a partir de 1990 que os artigos trazem questões relacionando a temática “meio ambiente e Serviço Social”, sendo de 2000 a 2006 aquele que mais teve produções.

Nessa direção, Silva (2010) comprovou 15 trabalhos apresentados por Assistentes Sociais nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) nos anos de 2004 e 2006, evidenciando-se reveladores de que os debates sobre meio ambiente emergem para o Serviço Social como uma temática transversal às outras áreas já tradicionalmente pesquisadas, quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, dentre outras. (Nunes, 2012, p. 50).

Agregando importância ao tema, estudos de Silva (2010) e de Giometti e Silva (2017) afirmam que a exacerbação das múltiplas expressões da Questão Socioambiental, realmente configura um novo campo de intervenção profissional para os Assistentes Sociais. Não obstante, a temática vem fazendo com o que o Serviço Social contemple novos estudos e intervenções na área.

Além disso, Giometti e Silva (2017) em seus trabalhos citam uma posição do Conselho Federal de Serviço Social sobre o assunto. O informativo descreve o Serviço Social enquanto profissão atenta a intervir junto à temática ambiental, de onde devem ser depreendidos os seus fundamentos a partir da realidade inscrita sob a égide do capital. Ainda de acordo com as autoras os Assistentes Sociais reconhecem na qualidade de categoria profissional que se efetuem intervenções também nesse âmbito, visto que possuem na regulamentação da profissão, as seguintes competências:

[...] elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; [...] V orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...] VII planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso; II deste artigo; IX prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; [...]. (CFESS, 1993).

Porém, mesmo tendo todo esse reconhecimento relativo as demandas postas ao Serviço Social, Nunes (2012) e Bourckhardt (2010) afirmam a partir de revisão bibliográfica realizada, acerca da produção de conhecimento do Serviço Social relacionado à temática discutida a existência de três lacunas ou insuficiências na fundamentação teórica sobre.

Em primeiro lugar, nessa área as produções revelaram uma carência na análise crítica sobre modos de produção e sua apropriação ambiental. Isso é reflexo da segunda lacuna que diz respeito à inclusão (ou falta desta) da temática ambiental no processo de formação profissional. E, por fim, essas duas lacunas levam a uma terceira que se trata da forma como ocorre a atuação profissional frente às demandas que lhe são apresentadas. (Bourckhardt, 2010, p. 71 e 72).

Assim sendo, Nunes (2012, p.48) contempla a discussão ao afirmar que:

Diante dos apontamentos realizados, destaca-se que a “ausência da análise crítica” na fundamentação teórica acerca da temática ambiental, em parte, “justifica-se” em função desse processo por qual passou o Serviço Social de tardia aproximação com a tradição marxiana em função, por assim dizer, do profundo conservadorismo que dominava (e por vezes ainda domina) o meio profissional.

4.3 Análise dos Projetos Pedagógicos do curso de Serviço Social da UFTM

A partir de pesquisa realizada diretamente pelo site da UFTM, apreendeu-se que o curso de Serviço Social da UFTM logo após a criação do mesmo teve um Projeto Pedagógico em 2010, e o vigente foi aprovado em 2014.

O Projeto Pedagógico de 2010 foi intitulado: Projeto Pedagógico, curso de graduação, bacharelado em Serviço Social e tem 260 páginas contendo os seguintes itens que serão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 03 - Apresentação Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFTM do ano de 2010

Itens apresentados e discutidos	Identificação das páginas
Identificação do curso	10
Apresentação do curso	11
Histórico da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e a Identidade Institucional	13
Justificativa social e mercado de trabalho	21
Abrangência do curso no ensino, na pesquisa e na extensão	26
Administração acadêmica do curso	42
Concepção do curso	48
Organização curricular	58
Matriz curricular do curso de Serviço Social	77
Metodologia de ensino e de aprendizagem	87
Processo de avaliação da aprendizagem	90
Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação	99
Continuidade de estudos para o egresso do curso	110
Incorporação das novas tecnologias educacionais ao ensino de graduação	113

Medidas para consolidação do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social	115
Considerações finais	118
Ementas e referências	120
Bibliografia consultada	171
Apêndices	174
Anexos	226

FONTE: Criado pela autora (2019) através de informações obtidas pelo Projeto Pedagógico acima citado.

Já o Projeto Pedagógico de 2014 foi intitulado: Projeto Político Pedagógico do curso de bacharelado em Serviço Social UFTM e tem 141 páginas contendo os seguintes itens que serão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 04 - Apresentação do atual Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFTM criado em 2014

Itens apresentados e discutidos	Identificação das páginas
Apresentação	07
Endereços	09
Identificação do curso	10
Parte I: Contexto institucional, formação sócio histórica institucional e o curso de graduação em Serviço Social: necessidade social e econômica, mercado de trabalho e perfil	11
Parte II: Identidade e lógica curricular do curso de graduação em Serviço Social da UFTM	27
Parte III: Metodologia de ensino e aprendizagem	61
Parte IV: Metodologia de materialização do curso de graduação em Serviço Social na UFTM	74
Considerações finais	89
Referências bibliográficas	90
Leis e portarias	92
Ementário e referencias – componentes curriculares gerais	93
Ementário e referencias - componentes curriculares eletivos	122

Corpo docente do curso de Serviço Social	136
--	-----

FONTE: Criado pela autora (2019) através de informações obtidas pelo Projeto Pedagógico acima citado.

Desse modo, tentar-se-á trazer discussões dos dois projetos visando a temática da pesquisa e embasado em uma leitura crítica e sistemática através da elaboração de categorias de análises, traçar como se dá a relação da formação profissional em Serviço Social da UFTM com a Questão Socioambiental.

Sobre o Serviço Social e a Questão Socioambiental foi possível apreender algumas questões informadas no Projeto Pedagógico de 2010 com os detalhes abaixo elencados:

Sobre a abertura e disposição do curso dialogar com outras áreas do conhecimento, é apresentado em tal PP brevemente:

A criação do curso de graduação em Serviço Social poderá ampliar e fortalecer o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão junto aos outros cursos de graduação e pós-graduação da UFTM e colaborar com a criação de um núcleo de estudos e pesquisas interdisciplinares com ênfase na atenção à saúde e na articulação da universidade e a comunidade". (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.23).

Indo além em outro momento em tal projeto quando é discutido sobre a interdisciplinaridade, tem-se o seguinte dizer.

Outro aspecto importante refere-se à questão da interdisciplinaridade. O Serviço Social tem como característica a capacidade de estabelecer propostas de ações/intervenções interdisciplinares, podendo contribuir diretamente com os demais cursos já implantados e com aqueles em processo de implantação, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão que privilegiem a interdisciplinaridade e garantam a formação de um profissional mais humano. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.25).

Percebe-se que em tal projeto é evidente a capacidade de que o Serviço Social tem em desenvolver ações interventivas interdisciplinares. E já traz a intenção da contribuição de alguma forma para os outros cursos já implantados na UFTM.

Não obstante sobre a questão que envolve o mercado de trabalho, outras informações são apreendidas que caracterizam um profissional que pode sim atuar em diversas áreas, inclusive é citado objetivamente como um profissional que pode estar inserido em atividades de preservação do meio ambiente:

Neste contexto observa-se a ampliação do mercado de trabalho também para o segundo setor, constituído pelas empresas privadas, indústrias e instituições prestadoras de serviços. Nestes espaços ocupacionais o Assistente Social atua juntamente com os demais profissionais da área de recursos humanos, em atividades voltadas para a qualidade de vida dos trabalhadores tais como:

Saúde do trabalhador,

Ações vinculadas à democratização de informações relativa a direitos e benefícios sociais adquiridos através de políticas públicas,

Contatos e encaminhamentos a recursos de comunidade,

Atividades de lazer e cultura,

Gestão de recursos sociais e de programas sociais da própria empresa,

Projetos de responsabilidade social e filantropia empresarial e ainda

Atividades e programas voltados para a articulação das relações empresa-trabalhador e sua família

Atividades e programas voltados para a articulação entre empresa – comunidade através de ações voltadas para o entorno da instituição e também

Atividades de preservação do meio ambiente e/ou valorização dos espaços que circundam a instituição.” (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.23). (grifo nosso).

Mesmo não sendo apontado de forma clara, é citado no Projeto como a categoria profissional é solicitada nas mais variadas equipes, tendo o reconhecimento das mesmas.

Mas observa-se que cada vez mais os profissionais de áreas afins valorizam o trabalho e solicitam a presença de Assistentes Sociais nas mais variadas equipes, por perceberem a resolubilidade dos procedimentos destes profissionais junto à população atendida. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.34).

*Pela sua estruturação e caracterização o **LABFORT** deve funcionar como canal de contato com a realidade social e possibilitará o conhecimento e reconhecimento das demandas postas ao Serviço Social pelo mercado de trabalho e a identificação de novas necessidades sociais que contribuam para a ampliação e diversificação do espaço ocupacional para os Assistentes Sociais. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.35).*

*Neste raciocínio o **LABFORT/UFTM** deve contribuir também para o reconhecimento das novas habilidades e competências postas para o Assistente Social, para articular respostas, adiantando-se às demandas apresentadas dando visibilidade à profissão e às suas funções e atribuições privativas. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.35).*

A definição dos projetos de extensão e pesquisa deverão promover o aprofundamento de discussões e produção de conhecimentos, a partir dos eixos temáticos: Vida em Sociedade e Complexidade Humana, Múltiplas Linguagens e Trabalho e Formação Profissional. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.36).

Sobre extensão:

(...) que vislumbra evitar a fragmentação dos conhecimentos, incentivar a visão de totalidade do ser social e da vida social e ainda estabelecer parâmetros para a construção de propostas inovadoras através de um olhar crítico sobre a sociedade. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.41)

Este é o desafio do Serviço Social na contemporaneidade, ou seja, estabelecer diálogo entre os profissionais do Serviço Social e das diversas áreas e promover uma reflexão de dimensões amplas, voltadas para o compromisso com a prestação de serviços de qualidade aos usuários, extrapolando a burocracia e a rotina. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.41)

Sobre as disciplinas eletivas:

O aluno, ao entrar na universidade, precisa desenvolver sua autonomia acadêmica, podendo optar, desde o ingresso, entre unidades temáticas ofertadas. Para que isso se concretize em nossa proposta, o aluno terá a sua disposição algumas possibilidades de escolha, já no início do curso, que constituirão as unidades temáticas de natureza eletiva. Essa flexibilidade oportunizará que o aluno possa escolher unidades temáticas que não sejam necessariamente, da área do seu curso. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.49)

Sobre mobilidade estudantil:

Além disso, o aluno também poderá escolher por realizar optativas em outras instituições de Educação Superior, o que também atende ao princípio da mobilidade estudantil. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.50).

O desenho curricular do curso de Serviço Social desenvolve-se através de três eixos básicos de sustentação: Vida em Sociedade e a Complexidade Humana, Múltiplas Linguagens, e Formação e Trabalho Profissional. Desses eixos originam-se unidades temáticas específicas.

Frente às mudanças constantes no mercado de trabalho, às mudanças tecnológicas e às necessidades regionais, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social poderá e deverá ser constantemente reavaliado, buscando atender a novas demandas. Poderá também ser transformado mediante necessidades percebidas pela IES, pelo corpo docente e discente, além das mudanças propostas pelo MEC, quando de suas visitas para avaliação. (PP do curso de Serviço Social, 2010, p.93).

Sobre o Serviço Social e a Questão Socioambiental foi possível apreender algumas questões informadas no Projeto Pedagógico atual em tal item com mais detalhes.

Diante destes princípios, a destacar da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para o curso de graduação em Serviço Social, o

Núcleo Docente Estruturante juntamente com o Colegiado de Curso na UFTM, define que a concepção destas dimensões se concretiza no movimento dos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e dos fundamentos do trabalho profissional, que dialética e articuladamente estruturam o curso como um todo. Na medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para compreensão do processo de trabalho do Assistente Social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.93).

É citado em tal Projeto Pedagógico o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Tal decreto regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Através dos artigos 5º, 6º de tal Lei pode-se perceber a obrigatoriedade de se discutir sobre a Educação Ambiental em nível superior de ensino:

Art. 5º Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

- I - a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e
- II - a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

- I - a todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;
- III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde;
- IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas;
- V - a projetos financiados com recursos públicos; e
- VI - ao cumprimento da Agenda 21.

§ 1º Cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de Educação Ambiental.

§ 2º O Órgão Gestor estimulará os Fundos de Meio Ambiente e de Educação, nos níveis Federal, Estadual e Municipal a alocarem recursos para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental.

“Assim, falar de profissão é um tema sempre contemporâneo, uma vez que novas modalidades profissionais são criadas em decorrência da complexidade das relações econômico-sociais, ao mesmo tempo em que outras caem em desuso e até desaparecem. No entanto, as profissões

sempre integram conhecimento e ação tendo em vista os objetivos da formação profissional para corresponder a essa expectativa: munir as pessoas de conhecimentos e de meios para atingirem objetivos.” (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.20).

Neste sentido, o Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho é uma profissão interventiva que tem na questão social seu objeto de trabalho, que atua a partir das expressões da questão social da sociedade capitalista. (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.21).

Pode-se observar que quanto ao mercado de trabalho, o Serviço Social tem sido cada vez mais conclamado a compor as mais diversificadas equipes, nos mais diversos espaços ocupacionais. O trabalho profissional dos Assistentes Sociais tem se desenvolvido em áreas como: saúde, previdência social, assistência social, educação, trabalho, crianças e adolescentes, idoso, pessoas com deficiências, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, questões agrárias, movimentos sociais e habitação. (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.22).

O Colegiado do Curso de Serviço Social da UFTM aprovou em 2014 a criação do Laboratório PRAXIS, com vistas a ampliar as condições necessárias para a efetivação de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades são voltadas tanto para o público interno (discentes da graduação, pós-graduação e corpo docente) como para o público externo (profissionais da área de Serviço Social e áreas afins, comunidade e movimentos sociais). O Laboratório PRAXIS se constitui espaço do fazer/pensar, no qual se concretizam as ações profissionais tendo como objeto as várias expressões da questão social. Além disso, compreende espaço interdisciplinar de estudo, pesquisa, extensão, prestação de serviços e produção e de análise de material didático no âmbito do Serviço Social. Desta forma, os Núcleos e Grupos de Pesquisas, bem como as atividades de extensão estarão inseridos no Laboratório PRAXIS, de forma a privilegiar o contato do discente de Serviço Social com as particularidades sócio-institucionais, o que requer acompanhamento sistematizado por parte dos docentes. (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.34).

Em diretrizes gerais, o ensino, a pesquisa e a extensão possibilitam a produção acadêmico-científica acerca das temáticas abaixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social, Política Social e Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. (ABEPSS, on line20). (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.36).

De acordo com o Regulamento dos cursos de Graduação da UFTM: Entende-se por novas oportunidades de aprendizagem, ao longo do período letivo, todas as estratégias utilizadas pelos docentes, durante a implementação dos componentes curriculares, que objetivem possibilitar novas oportunidades de aprendizagem dos conteúdos necessários ao sucesso acadêmico dos discentes. (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.66).

Destaca-se junto à gestão do curso de Serviço Social o Núcleo Docente Estruturante – NDE, que conforme regulamento, realiza reuniões mensais para discutir questões pedagógicas relacionadas ao ensino/pesquisa/extensão, apresentando encaminhamentos dessas discussões ao colegiado, para as deliberações cabíveis. (PP do curso de Serviço Social, 2014, p.74).

4.5 Estudo sobre as matrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFTM.

O curso de Serviço Social da UFTM desde a sua primeira turma até o presente momento, ano de 2019, teve três matrizes curriculares. A primeira com vigência a partir do 1º semestre de 2009, a segunda a partir do 2º semestre de 2010 e a última e atual matriz foi aprovada para o 1º semestre de 2015.

Deste modo serão apresentadas em forma de quadro as três matrizes curriculares que o curso teve desde seu início, indicando todas as disciplinas e aquelas que a pesquisadora apreendeu que podem ser aproveitadas para serem dialogadas com temáticas que envolvem a Questão Socioambiental.

Quadro 05 - Apresentação da matriz curricular do 1º semestre de 2009.

Disciplinas apresentadas na matriz	Disciplinas elencadas pela pesquisadora para se trabalhar a Questão Socioambiental
	Homem, Sociedade e Cultura
Leitura e Produção de Textos	
Estudos e Desenvolvimento de Projetos I	
Metodologia Científica	
Oficina de Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social I	
	Formação Sócio-Histórica do Brasil
Leitura e Produção de Textos II	
	Trabalho e Sociabilidade

Estudos e Desenvolvimento de Projetos II	
Comunicação, Educação e Tecnologias	
Política Social e Serviço Social I	
Fundamentos Teórico-Methodológicos e Ético-Políticos do Serviço Social II	
	Temas Contemporâneos, Diversidade e Serviço Social
Estudos e Desenvolvimento de Projetos III	
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I	
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	
Planejamento em Serviço Social	
Política Social e Serviço Social II	
Ética e Serviço Social	
Fundamentos Teórico-Methodológicos e Ético-Políticos do Serviço Social III	
Estudos e Desenvolvimento de Projetos IV	
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II	
Serviço Social: Organização e Gestão Social I	
Política Social e Serviço Social III	
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II	
Supervisão de Estágio Curricular I	
Fundamentos Teórico-Methodológicos e Ético-Políticos do Serviço Social IV	
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	
Estudos e Desenvolvimento de Projetos V	
	Movimentos Sociais e Serviço Social I
Serviço Social: Organização e Gestão Social II	
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social III	
	Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas
	Serviço Social e Processo de Trabalho I
Supervisão de Estágio Curricular II	
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	
Estudos e Desenvolvimento de Projetos VI	
Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I	
	Serviço Social e Processo de Trabalho II

Supervisão de Estágio Curricular III	
Serviço Social: Organização e Gestão Social III	
	Movimentos Sociais e Serviço Social II
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	
Oficina de Prática Profissional I	
Trabalho de Conclusão de Curso I	
Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II	
Processo de Supervisão em Serviço Social e Formação Profissional	
Supervisão de Estágio Curricular IV	
Serviço Social, Novas Tecnologias de Comunicação e Gestão do Conhecimento	
Estágio Supervisionado em Serviço Social IV	
Oficina de Prática Profissional II	
Trabalho de Conclusão de Curso II	

Fonte: Site da UFTM, 2019. Elaborada pela autora (2019).

Quadro 06 - Apresentação especificamente das disciplinas eletivas do 1º semestre de 2009.

Componentes Curriculares Eletivos apresentadas na matriz	Disciplinas elencadas pela pesquisadora para se trabalhar a Questão Socioambiental
Raízes da Modernidade	
	Educação Ambiental
História da Ciência e da Biologia	
Introdução à Ciência	
Introdução à Química	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	
Matemática no Cotidiano	
Questão Social e Realidade Local e Regional	

Teoria Política Contemporânea	
Pensamento Sociológico e as Interfaces com o Serviço Social	
Atenção Primária em Saúde e Estratégia Saúde da Família	
A Contribuição da Mídia no Processo de Formação da Consciência de Gênero	
Pobreza e Miséria	
Poder Local: Notas Introdutórias	
Saúde e Serviço Social	
Meio Ambiente e Serviço Social	
Envelhecimento na Contemporaneidade	
Trabalho Grupal e a Questão Social	
	Participação Social e Democracia
	Trabalho e Identidade Profissional
	A Dimensão Socioeducativa no Serviço Social
Serviço Social e Relação de Gêneros	
Família e Serviço Social	
Produção de Conhecimento em Serviço Social e Sistematização da Prática	
Educação Inclusiva	
Legislações Específicas da Educação Especial	
	Pobreza e Cidadania
História do Pensamento Político	
*Cumprimento obrigatório no total de 180 horas, cada disciplina possui carga horária de 30 horas, ou seja, necessário o aluno realizar 06 disciplinas.	

Fonte: Site da UFTM, 2019. Elaborada pela autora (2019).

Quadro 07 - Apresentação da matriz curricular do 2º semestre de 2010.

Disciplinas apresentadas na matriz	Disciplinas elencadas pela pesquisadora para se trabalhar a Questão Socioambiental
	Homem, Sociedade e Cultura
Leitura e Produção de Textos	
	Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social I
Estudos e Desenvolvimento de Projetos I	

Metodologia Científica	
	Formação Sócio Histórica do Brasil
	Trabalho e Sociabilidade
Letramento Matemático	
Fundamentos Teórico- Metodológicos e Ético- Políticos do Serviço Social I	
	Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social II
Estudos e Desenvolvimento de Projetos II	
Comunicação, Educação e Tecnologias	
Política Social e Serviço Social I	
Psicologia	
Fundamentos Teórico- Metodológicos e Ético- Políticos do Serviço Social II	
	Temas Contemporâneos, Diversidade e Serviço Social
Estudos e Desenvolvimento de Projetos III	
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I	
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	
Planejamento em Serviço Social	
Política Social e Serviço Social II	
Ética e Serviço Social	
Fundamentos Teórico- Metodológicos e Ético- Políticos do Serviço Social III	
Estudos e Desenvolvimento de Projetos IV	
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II	
Serviço Social: Organização e Gestão Social I	
Política Social e Serviço Social III	
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II	
Supervisão de Estágio Curricular I	
Fundamentos Teórico- Metodológicos e Ético- Políticos do Serviço Social IV	
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	
Estudos e Desenvolvimento de Projetos V	
	Movimentos Sociais e Serviço Social I
Serviço Social: Organização e Gestão Social II	
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social III	

	Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas
	Serviço Social e Processo de Trabalho I
Supervisão de Estágio Curricular II	
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	
Estudos e Desenvolvimento de Projetos VI	
Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I	
	Serviço Social e Processo de Trabalho II
Serviço Social: Organização e Gestão Social III	
	Movimentos Sociais e Serviço Social II
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	
Oficina de Prática Profissional I	
Trabalho de Conclusão de Curso I	
Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II	
Processo de Supervisão em Serviço Social e Formação Profissional	
Supervisão de Estágio Curricular IV	
Serviço Social, Novas Tecnologias de Comunicação e Gestão do Conhecimento	
Estágio Supervisionado em Serviço Social IV	
Oficina de Prática Profissional II	
Trabalho de Conclusão de Curso II	

Fonte: Site da UFTM, 2019. Elaborada pela autora (2019).

Quadro 08 - Apresentação especificamente das disciplinas eletivas do 2º semestre de 2010.

Componentes Curriculares Eletivos apresentadas na matriz	Disciplinas elencadas pela pesquisadora para se trabalhar a Questão Socioambiental
	Raízes da Modernidade
	Educação Ambiental
História da Ciência e da Biologia	
Introdução à Ciência	
Introdução à Química	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	

Matemática no Cotidiano	
Questão Social e Realidade Local e Regional	
Teoria Política Contemporânea	
Pensamento Sociológico e as Interfaces com o Serviço Social	
Atenção Primária em Saúde e Estratégia Saúde da Família	
A Contribuição da Mídia no Processo de Formação da Consciência de Gênero	
	Pobreza e Miséria
Poder Local: Notas Introdutórias	
	Saúde e Serviço Social
	Meio Ambiente e Serviço Social
Envelhecimento na Contemporaneidade	
Trabalho Grupal e a Questão Social	
	Participação Social e Democracia
	Trabalho e Identidade Profissional
	A Dimensão Socioeducativa no Serviço Social
Serviço Social e Relação de Gêneros	
Família e Serviço Social	
Produção de Conhecimento em Serviço Social e Sistematização da Prática	
Educação Inclusiva	
Legislações Específicas da Educação Especial	
	Pobreza e Cidadania
História do Pensamento Político	
A Trajetória Social e Educativa da Deficiência Visual	
Introdução ao Pensamento Sociológico	
*Cumprimento obrigatório no total de 180 horas, cada disciplina possui carga horária de 30 horas, ou seja, necessário o aluno realizar 06 disciplinas.	

Fonte: Site da UFTM, 2019. Elaborada pela autora (2019).

Quadro 07 - Apresentação da matriz curricular do 1º semestre de 2015.

Disciplinas apresentadas na matriz	Disciplinas elencadas pela pesquisadora para se trabalhar a Questão Socioambiental
Ciência Política	

Leitura e Produção de Textos	
Metodologia Científica	
Antropologia	
Introdução ao Serviço Social	
Sociologia	
Filosofia	
	Leitura Crítica da Mídia
	Formação Sócio Histórica do Brasil
Questão Social no Brasil	
Economia Política	
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I	
	Classes e Movimentos Sociais
Política Social e Serviço Social I	
Psicologia	
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II	
Ética e Serviço Social I	
Pesquisa Social	
	Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local
Política Social e Serviço Social II	
Ética e Serviço Social II	
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social III	
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social I	
	Serviço Social e Processo de Trabalho I
Política Social e Serviço Social III	
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social I	
Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular I	
Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social IV	
Estágio Supervisionado em Serviço Social I	
Legislação Social Aplicada ao Serviço Social II	
	Serviço Social e Processo de Trabalho II
Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Serviço Social II	

Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular II	
Estágio Supervisionado em Serviço Social II	
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais I	
Trabalho de Conclusão de Curso I	
Planejamento e Gestão de Políticas Sociais II	
Supervisão Acadêmica de Estágio Curricular III	
	Seminários Temáticos I
Estágio Supervisionado em Serviço Social III	
Trabalho de Conclusão de Curso II	
Processo de Supervisão em Serviço Social	
	Seminários Temáticos II
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	

Fonte: Site da UFTM, 2019. Elaborada pela autora (2019).

Quadro 08 - Apresentação especificamente das disciplinas eletivas do 1º semestre de 2015.

Componentes Curriculares Eletivos apresentadas na matriz	Disciplinas elencadas pela pesquisadora para se trabalhar a Questão Socioambiental
Pensamento sociológico e as interfaces com o Serviço Social	
Pobreza e cidadania	
Poder local: notas introdutórias	
	Saúde e Serviço Social
	Meio ambiente e Serviço Social
Envelhecimento na contemporaneidade	
Trabalho grupal e questão social	
	Democracia e participação social
	Trabalho e identidade profissional

	A dimensão socioeducativa do Serviço Social
Serviço Social e relação de gênero	
Produção de conhecimento em Serviço Social e a sistematização da prática	
Legislações específicas da educação especial	
	Teoria social crítica e Serviço Social
A política de assistência social e o trabalho do Assistente Social	
Tecnologias de informação e comunicação e o Serviço Social	
*Cumprimento obrigatório no total de 150 horas, cada disciplina possui carga horária de 30 e 60 horas, ou seja, necessário o aluno realizar 06 disciplinas.	

Fonte: Site da UFTM, 2019. Elaborada pela autora (2019).

A partir de uma análise sistemática das matrizes curriculares ofertadas pelo curso desde a formação da primeira turma, percebe-se que houve principalmente da matriz de 2009 em relação a matriz de 2015 uma diminuição e possivelmente uma condensação de disciplinas de um modo geral.

Não obstante, nota-se a presença especificamente da disciplina denominada “Meio Ambiente e Serviço Social” como componente curricular eletivo nas matrizes de 2010 e 2015. A mesma não se faz presente na matriz de 2009, porém, em tal matriz, há a presença também como componente curricular eletivo a disciplina intitulada “Educação Ambiental que posteriormente é suprida e contemplada nas matrizes de 2010 e 2015 com a disciplina “Meio Ambiente e Serviço Social”.

Além dessas disciplinas que são claras quanto a possível discussão da profissão com questões relacionadas ao meio ambiente, observa-se a presença de algumas que dependendo da forma como decidido pelo docente responsável e juntamente com coordenação e demais docentes, poderão ser abordados questões relacionadas a Questão Socioambiental.

Desse modo, tem-se uma apreensão que com a matriz de 2009 poderia ocorrer um desenvolvimento e articulação com questões relacionadas ao meio ambiente a partir das seguintes disciplinas: Homem, Sociedade e Cultura; Formação Sócio Histórica do Brasil; Trabalho e Sociabilidade; Temas Contemporâneos; Movimentos Sociais e Serviço Social I; Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas; Serviço Social e Processo de Trabalho I; Movimentos Sociais e Serviço Social II.

Na matriz de 2010 a partir das seguintes disciplinas: Homem, Sociedade e Cultura; Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social I; Formação Sócio Histórica do Brasil; Trabalho e Sociabilidade; Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social I e II; Temas Contemporâneos; Movimentos Sociais e Serviço Social I; Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas; Serviço Social e Processo de Trabalho I; Movimentos Sociais e Serviço Social II

E por fim com a atual matriz elaborada em 2015 as seguintes disciplinas: Leitura Crítica da Mídia; Formação Sócio Histórica do Brasil; Classes e Movimentos Sociais; Movimentos Sociais e Realidade Regional e Local; Serviço Social e Processo de Trabalho I; Serviço Social e Processo de Trabalho II; Seminários Temáticos I e Seminários Temáticos II

Não que necessariamente nas demais disciplinas ofertadas não se possa ter um espaço de diálogo entre a Questão Socioambiental e o Serviço Social, mas, é mais nítido devido a formação profissional já obtida em como tais disciplinas citadas acima podem ser usadas para em algum momento trazer algo relacionado a discussão proposta por tal estudo.

Em relação as três matrizes, analisando se em alguma havia um enfoque a mais sobre a Questão Socioambiental, pode-se perceber que não, na formação em Serviço Social proporcionado pela UFTM, no que concerne as disciplinas tidas como obrigatórias não houve diferenças sistemáticas ao longo dos anos. Ou seja, percebe-se que as disciplinas que possivelmente poderiam proporcionar um diálogo com a questão ambiental, continuam praticamente as mesmas.

Já em relação os componentes curriculares eletivos percebe-se que nas matrizes de 2010 e 2015 há especificamente uma disciplina para propiciar o início de toda a questão relacionada ao meio ambiente e o Serviço Social.

São várias as contribuições que possam ser despertadas a partir do desenvolvimento das disciplinas durante a formação profissional em Serviço Social especificamente na UFTM e essas colaborações serão dialogadas nesse item.

As disciplinas são compactuadas e ofertadas a partir das discussões advindas das Diretrizes Curriculares da ABPESS e também de acordo com os núcleos estruturantes. Porém, os docentes possuem liberdade para poderem desenvolver, direcionar ou citar em algum momento da disciplina questões que ele considere pertinentes e importantes para a formação profissional.

A partir da disciplina “Homem, Sociedade e Cultura” a discussão iria se dar sobre as diferentes relações do homem com o meio ambiente ao longo das diferentes sociedades e culturas. Item já tratado neste estudo que fala exatamente como esta relação muda principalmente com a Revolução Industrial.

No que concerne a “Formação Sócio Histórica do Brasil” poderia perpassar sobre como as relações de poder ao longo da formação da história do Brasil afeta diretamente a relação do homem com o meio ambiente. Citando os índios no processo de colonização, como eles sofrem e perdem momentos de valorização e cultos ao meio ambiente, por imposição da coroa portuguesa.

No disposto em “Trabalho e Sociabilidade”, já foi também discutido em tal estudo a importância da categoria trabalho para o entendimento das inúmeras contradições que são ocasionadas pelo modo econômico vigente denominado capitalismo.

Referente a “Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social I e II” seria de suma importância se pudesse ser desenvolvido temas relacionados a especificamente o trabalho do assistente nas expressões da questão socioambiental”.

Em “Temas Contemporâneos” pode-se tentar levar a discussão para as estratégias que o capitalismo usa para tratar de soluções para causas ambientais, tais, como a dualidade do termo “Desenvolvimento Sustentável”

Em “Movimentos Sociais e Serviço Social I e II”, pode vir a se trabalhar sobre a questão da importância dos Movimentos Sociais para a realização de Políticas Públicas voltadas ao Meio Ambiente. Não obstante, realizar-se a interlocução de grandes movimentos em defesa a terra como o MST (Movimento Sem Terra) para o diálogo com a questão ambiental.

Sobre “Avaliação e Monitoramento em Políticas Públicas” além de se trabalhar com aquelas Políticas Públicas que são mais amplamente dialogadas pela categoria profissional, tais como, saúde, previdência, educação, assistência social, trazer também em algum momento da disciplina a discussão também sobre a questão ambiental.

No que diz respeito a “Serviço Social e Processo de Trabalho I”, sabe-se que tal disciplina além do que básico sobre o processo de trabalho relacionado profissão sugere que se tenha um cuidado com aquilo que está acontecendo e emergindo como novo para a atuação profissional. O ambiente de formação

profissional deve se inteirar de tais questões e de alguma forma já apresentar para os futuros Assistentes Sociais.

Com a disciplina “Leitura Crítica da Mídia” não somente discutir como a Mídia é manipulativa em questões de compra e venda, alienação, engano, mas , também mostrar sobre as estratégias midiáticas que são engendradas por grandes empresas para que elas possam serem vistas como aquelas que se preocupam aparentemente com a causa ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio ambiente está sendo destruído gradativamente ao longo dos anos e tal realidade pode ser diagnosticada quando se faz um levantamento da dimensão de todos os acontecimentos relacionados e alguns mais importantes foram indicados neste trabalho. São rios, matas, florestas, diversas espécies de animais que acabam, morrem e não diferente são famílias, seres humanos que se perdem em meio a toda essa realidade.

E a partir daí é possível se fazer a primeira consideração, ou seja, como os Assistentes Sociais, categoria profissional compromissada para a defesa dos direitos da população, está agindo sabendo que nos últimos anos tragédias ambientais desolam histórias de vida? Tal categoria está sendo sensibilizada com tudo que vem acontecendo relacionado a questão ambiental? Cursos de formação em Serviço Social através de seus projetos pedagógicos, matrizes curriculares, extensão

universitária, corpo docente e coordenação, estão tentando lutar para que discussões mais profundas sobre tais questões sejam inseridas em tais formações?

A dificuldade em correlacionar a Questão Socioambiental com o Serviço Social perpassou a construção deste trabalho, tendo em vista a quantidade reduzida de obras, dissertações, teses, artigos e também reduzida de autores que trabalham sobre tal temática. Tal realidade já provoca reflexões e questionamentos diretamente sobre a formação profissional em Serviço Social.

Porém, mesmo mediante toda dificuldade, tal relação entre a temática está avançando, mesmo que gradativamente, tendo em vista que as principais discussões sobre iniciam principalmente em 2001, ou seja, há 18 anos, as discussões acontecem, trabalhos são publicados, dissertações e teses defendidas e livros publicados.

Desse modo, a partir de toda a construção realizada para direcionamento deste estudo anterior ao capítulo três onde é feita análise da formação profissional em Serviço Social especificamente na UFTM e a relação com a Questão Socioambiental, há algumas questões importantes, já para serem consideradas neste item.

É certo que o Assistente Social pode atuar em diversas áreas, mas, a questão ambiental pode ser trabalhada em áreas não específicas de políticas públicas ambientais. Famílias atendidas no âmbito da Política Nacional da Assistência Social são trabalhadas para que se sintam pertencentes ao meio em que vivem? Pacientes atendidos no âmbito da Política da Saúde são orientados a respeito de como morar em um local insalubre, sem saneamento básico, pode fazer com que retornem a postinhos e hospitais através do desenvolvimento de doenças?

É perceptível que dá sim para que tal profissional não precise estar atuando especificamente em Política Pública relacionada ao meio ambiente para contribuir sobre a importância da Questão Socioambiental para manutenção da vida.

Não há como viver em um meio ambiente desequilibrado, não há dinheiro que compre novos mares, novas matas, e que faça nascer novas espécies de animais quanto tudo tiver sido extinto e não há trabalho que possa ser desenvolvido pelo Assistente Social quando não se tem mais vida.

Dessa maneira, torna-se fundamental realizar esse movimento para que uma categoria profissional tão importante se alie com ambientalistas, geógrafos, biólogos, ecólogos e todos aqueles que desejam viver em um meio sadio, sem medo

de novas tragédias desolarem mais vidas e apontando questões que por vezes não são discutidas profundamente. E o início é através de trabalhos tais como este, onde foi feita uma apresentação dessa realidade.

Apreende-se com este estudo que a formação profissional em Serviço Social especificamente na UFTM é uma formação que segue aquilo que é proposto pelas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, o que já era esperado, tendo em vista ser uma Universidade Pública, composta por corpo docente qualificado e preocupada com ensino compromissado e de qualidade.

Buscou-se dessa maneira um olhar de análise dentro dos projetos pedagógicos que o curso desde o seu início teve e também para as matrizes curriculares.

Desse modo, no que concerne a formação profissional em Serviço Social da especificamente da UFTM no que concerne a análise dos Projetos Pedagógicos e Matrizes Curriculares, foi possível compreender que existe uma abertura para que os docentes e discentes discutam em espaços de aula sobre a Questão Socioambiental.

Nos Projetos Pedagógicos em vários momentos existem apontamentos de que a formação em Serviço Social de tal Universidade trabalha e entende como algo importante as discussões multidisciplinares. Mesmo que não seja especificado de forma clara o diálogo exatamente sobre a Questão Ambiental, há apontamentos claros de tal presença.

Nas matrizes curriculares foi perceptível através de reflexões que algumas disciplinas podem ser aliadas a Questão Socioambiental, desde que se tenha o conhecimento e seja dada importância sobre a relação entre a categoria profissional e todas as expressões da Questão Socioambiental.

Primeiro pressuposto é que não há como trabalhar tais questões se a formação profissional que esses profissionais tiveram não possibilitarem o mínimo de discussão sobre, se o Assistente Social não entende a importância dele para a realização de grandes debates sobre a relação homem e meio ambiente, a realidade para o que vem sendo discutido não mudará.

Principalmente quando discute questão ambiental, tem-se uma interpretação inicial de que nada a ver tem o Assistente Social com isso. Como um profissional que discute desde o início da formação profissional sobre o atual modelo econômico vigente não considera o capitalismo como um grande destruidor do meio ambiente.

Outro ponto discutido em tal estudo, demonstrando as principais sequelas que são exacerbadas por tal modelo econômico.

O que é necessário é tentar levar a reflexão sobre como pode ser feito tal sistematização nas disciplinas, tendo em vista, que é algo subjetivo e interpretativo, a partir da visão de homem e mundo que toda a composição do curso de Serviço Social tem sobre a relação e importância da categoria para a Questão Socioambiental.

O Assistente Social com seu arcabouço de conhecimento tem capacidade de atuar em diferentes áreas, dentre elas, saúde, assistência, educação, previdência, habitação e também na questão ambiental. Sabemos que desde o surgimento da profissão, esse profissional encontra inúmeros desafios para que sua atuação garanta de forma efetiva os direitos dos cidadãos.

Segundo Moura (2015) o Assistente Social ao vender sua força de trabalho aos seus empregadores, estando locado no âmbito privado ou público, tem sua jornada de trabalho, seu cotidiano institucional, as prioridades das demandas bem como os meios e instrumentos de trabalho – que engloba recursos de natureza financeira, material e humana para o desenvolvimento de suas habilidades e competências profissionais; determinado pelo interesse do empregador, o que circunscreve o Assistente Social na redoma da autonomia relativa, refletindo nas respostas às demandas institucionais.

Partindo desse pressuposto, o Assistente Social que deveria ser um sujeito dotado de suma autonomia, conforme o próprio código de ética da profissão preconiza, desenvolve um trabalho na maioria das vezes de acordo com as demandas institucionais. O profissional enquanto classe trabalhadora também “vivencia na pele” a precarização do trabalho, colocando esses trabalhadores em uma instabilidade econômica e social.

Moura (2015) também ressalta em seu artigo que o contexto da reestruturação produtiva juntamente com o ajuste fiscal do Estado não está alheio à categoria de Assistentes Sociais. Ao contrário, encontra-se imbricado, visto sua condição de trabalhador assalariado, bem como pelas novas requisições e demandas que chegam aos espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social.

Diante de tudo isso, atuar com a política ambiental não seria diferente. Esse campo de atuação ainda é pouco conhecido pela sociedade, mas não perde o seu valor. Não podemos pensar em meio ambiente sem pensar em sociedade, visto que,

um está interligado ao outro. Não é possível sobreviver sem os recursos naturais, advindos da nossa natureza, mas o ser humano está mais voltado para enriquecer suas grandes indústrias e continua explorando cada vez mais, sem pensar nas graves consequências e nos graves problemas que já estamos vivenciando.

Vivenciamos grandes calamidades ambientais, causadas pela ganância exacerbada do homem, onde pessoas perderam suas vidas, suas casas, seus amigos, familiares, enfim, perderam a dignidade. E o Estado se faz omisso a tudo isso, dificultando ainda mais o trabalho do Assistente Social para com essas pessoas.

Quando se pensa em meio ambiente, se pensa também em política de meio ambiente e o profissional de Serviço Social se faz necessário nesse campo, onde com o seu olhar crítico consegue propor sugestões que melhor atendam aquelas populações que são sempre as mais atingidas, ou seja, a população pobre.

Mas devido à omissão do Estado e ao capitalismo, esse profissional é deixado de lado, visto que, é esse profissional que é responsável pelas lutas cotidianas dos direitos dos menos favorecidos e logicamente lutaria por projetos que não privilegiassem os grandes capitalistas e sim buscasse alternativas de evitar os crimes e tragédias ambientais que desmazelam tantas famílias no país.

Tais reflexões são de fundamental importância quando se teve intenção de buscar compreender, por exemplo, através de estudo documental dos dois projetos pedagógicos e quatro matrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFTM, como está presente na formação profissional dos Assistentes Sociais formados em tal Universidade discussões relacionadas a Questão Socioambiental.

Partindo da premissa de que pode sim ocorrer tais discussões em algumas disciplinas, ou percebendo indicativos nos Planos Pedagógicos sobre a possibilidade de ser uma formação sim aberta ao diálogo interdisciplinar, desse modo entrando a Questão Socioambiental, lidamos com o principal desafio percebido, de como na atuação profissional o Assistente Social pode inserir em sua prática quando não é diretamente na questão ambiental questões relacionadas? Tendo em vista todo o contexto de autonomia relativa.

Já que o Assistente Social é um profissional que tem que se reinventar diariamente, buscar saídas em meios caóticos do seu cotidiano profissional, ainda assim o mesmo conseguiria e teria autonomia profissional para, por exemplo, em âmbito da Política Nacional da Assistência Social inserir projetos, trabalhos, cursos,

diálogos, rodas de conversa sobre a importância do aponderamento profissional referente a Questão Socioambiental?

Quando também foi apresentado breve histórico sobre as principais políticas relacionadas ao meio ambiente, algumas considerações neste item podem ser feitas, tais como: Essas políticas foram criadas para quem, por que e com quais objetivos?

Será mesmo a população que é mais atendida pelos Assistentes Sociais, ou seja, aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social, os mais beneficiados com a promulgação destas leis? Porque tais leis não foram criadas anteriormente, a população e suas lutas foram importantes para a conquista de tais leis?

Percebe-se que sim, a população sempre teve importância em grandes conquistas da história da humanidade e com a questão ambiental também não é diferente. Porém, a realidade muda a todo momento, governos mudam e programas de governo também e já de fato deparamos com um novo contexto o qual pode ser mencionado neste. Assim sendo, os Assistentes Sociais aliados a tal realidade e na luta também na defesa intransigente de um ambiente sadio e sustentável podem ser e trazer grandes contribuições para a Questão Ambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

ASTI VERA, Arnaldo. Metodologia da pesquisa científica. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, *Anais...* 07 a 10 de novembro de 2011.

Bardin, L.(2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

BARROCO, M.L.S TERRA, S. H. Código de Ética do Assistente Social comentado. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROS, A J. da S.; LEHFELD, N.A .de S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

BERTÉ, R. Gestão socioambiental no Brasil. 1. ed. São Paulo. Ibplex, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2012. Disponível em:

CARVALHO, Isabel Cristina de Maura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004. (Docência).

CASTRO, Mary Lobas de; CANHEDOJÚNIOR. Educação Ambiental como instrumento de participação. In: PHILIPPI JÚNIOR Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2005.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

Chizzotti, A. (2006). Pesquisa em ciências humanas e sociais (8a ed.). São Paulo: Cortez.

ELIAS, N. A sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1994.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Método e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIOMETTI, A. B. R. Reflexões em educação ambiental: caminhos para a construção de um cidadão crítico. Tese (Livre Docência em Educação Ambiental). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2017, 263f.

IAMAMOTO, M.V. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. In: Programa de Capacitação continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche; capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE, 2013. Contagem Populacional, 2013. Disponível em:

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). Serviço Social e meio ambiente. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marços Reigota. São Paulo: Cortez, 2005

JACOBI, P. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Universidade de São Paulo, 2005.

KOCHÊ, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21. ed. Rio de Janeiro:Vozes,1997.

KUHNEN, Ariene. Representações sociais de meio ambiente: estudo das transformações, apropriações e modo de vida na Lagoa da Conceição/Florianópolis/Santa Catarina. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina,2001

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. Fundamentos de metodologia

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LEMOS Liliane Alves; KAMIMURA Ana Lúcia Martins. 2009. Educação Ambiental: Perspectivas de atuação do Assistente Social. Revista da Católica, Uberlândia, v.1, n. 2, p.250-263, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Prefácio. In: SILVA, M. G. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCONI, M.A; LAKATOS, M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINELLI, M. L. Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. Sociologia da fotografia e da imagem. São Paulo: Contexto, 2008.

MEDEIROS, Fernanda Luiza. **Meio Ambiente. Dever e direito fundamental.**1ª Edição.Porto Alegre: Livraria dos Advogados Editoras Ltda, p.67-68, 2004.

MENDES, Rita de Cássia Lopes de Oliveira. O social e o ambiental na lógica do capitalismo. Franca/SP: UNESP, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade, Petrópolis: Vozes,1994. (Temas Sociais).

MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 34. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces. Ciência & Educação, v.12, n.1, p.117-128, 2006

MOTA, José Aroudo. O valor da natureza:economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NATAL, Delsio; TAÍPE-LAGOS, Carmen Beatriz; ROSA, Júlio César. Epidemiologia aplicada à Educação Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo, Manole, 2014.

NETTO, Jose Paulo. Introdução ao estudo do método em Marx. São Paulo: Boitempo, 2011.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas da Educação Ambiental. In: Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2005.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; MAGLIO, Ivan Carlos. Política e gestão ambiental: conceito e instrumentos. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole, 2014.

POLITZER, Georges. Princípios elementares de filosofia. Trad. Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2001. 199 p.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do Assistente Social na esfera estatal. IN: CFESS/CRESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: ABPSS, 2009.

RIVELLI, Elvino Antônio Lopes. Evolução da legislação ambiental no Brasil: políticas de meio ambiente, educação ambiental e desenvolvimento urbano. In: PHILIPPI JÚNIOR. 2005.

SÃO PAULO. Entendendo o meio ambiente. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente, 1997. (v.1).

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 390 - 398, ago./dez. 2012.

SILVA, M. G. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio éticopolítico ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SOBRAL, Cristiane Raquel do Sacramento. Percepção popular e Educação Ambiental para a gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Viçosa, 2012-109 p. Dissertação (Título de Magister Scientiae)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Viçosa, 2012.

SOUZA, E. R. et al. Construindo Cidadania Ambiental. Belo Horizonte: Projeto Inovar, 2008, p.14-19.

SOUZA, Maria Cecília de (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade, Petrópolis: Vozes, 1999. (Coleção Temas Sociais).